



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 21 – nº 84 – Setembro 2011

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Migração de Retorno e crise: sonho frustrado?

| | |
|---|-----------|
| ITALIANO | 3 |
| Italia: ai migranti la possibilità di un ritorno volontario e assistito nei paesi d'origine | 3 |
| Immigrazione: dopo mesi il governo recepisce la direttiva europea sui rimpatri. Nel modo peggiore | 4 |
| Cervelli in fuga che non riescono a tornare | 6 |
| La mia proposta di legge per il rimborso dei contributi agli stranieri che rimpatriano | 6 |
| Romania, gli emigranti non tornano a casa..... | 7 |
| | |
| PORTUGUÊS | 9 |
| Crise econômica, terremoto, tsunami e crise nuclear apressam volta de decasséguis ao Brasil | 9 |
| Economia de Governador Valadares esquenta com a volta dos moradores que foram aos EUA..... | 10 |
| Crise força a volta de brasileiros | 11 |
| Voltar para casa é uma nova migração, diz psicóloga | 13 |
| Sob efeitos de crise, brasileiros em Portugal fazem caminho de volta | 14 |
| | |
| ENGLISH | 16 |
| Ecuador Tries to Lure Emigrants Home | 16 |
| Brazil's economic boom drawing immigrant workers home..... | 17 |
| Help for Latin American immigrants returning home | 18 |
| Moving out, on and back..... | 19 |
| Returning migrants: Strangers at home | 21 |
| | |
| ESPAÑOL | 22 |
| Los inmigrantes retornados tendrán prioridad para regresar a España..... | 22 |
| La crisis y la falta de documentos hizo volver a unos 15.000 bolivianos de España | 23 |
| La silenciosa operación retorno..... | 26 |
| Devueltos por la crisis | 27 |
| “El retorno es una condición que demuestra, entre muchas cosas, el concepto de fracaso” .. | 30 |
| América Latina: ¿Es el momento de regresar? | 31 |

EDITORIAL

A *migração de retorno* é definida pelo regresso de migrantes à terra de origem ou de trânsito, geralmente depois de ter residido pelo menos um ano em outro lugar. O retorno pode ocorrer dentro dos limites territoriais de um país (por exemplo, no caso de deslocados) ou para fora de suas fronteiras (por exemplo, no caso de refugiados, solicitantes de asilo ou, mais em geral, emigrantes).

A concepção do retorno, apesar de implicar os pólos de origem e destino de forma definida não se restringe a isso, uma vez que implica em um movimento constante e contínuo envolvendo esses dois pólos. Nesse sentido “o retorno não é o fim de um ciclo, mas parte de um movimento circular e dinâmico” (Osman, 2007).

O retorno não diz respeito ao espaço físico em si, mas principalmente ao espaço social. Nesse aspecto reside uma grande impossibilidade prática, pois o migrante nunca retorna à mesma estrutura social que havia antes de migrar, apesar de estar de volta ao espaço físico (Sayad, 2000).

No retorno à terra de origem, o migrante se depara com uma nova realidade com a qual não está mais familiarizado e muitas vezes sente as dificuldades de readaptação e de reintegração. As mudanças que ocorreram tanto para quem emigrou quanto para aqueles que permaneceram, o novo estilo de vida, os novos hábitos no âmbito do consumo e até mesmo as habilidades adquiridas no mercado de trabalho, a partir da migração, podem representar entraves à reinserção e readaptação na sociedade de origem.

Nesse sentido, cabe o argumento da psicóloga Sylvia Dantas em um dos artigos desta resenha, no qual o retorno é entendido como uma “nova migração”, considerando suas dimensões psicológicas e sociais.

Nos últimos anos, o aumento do número de pessoas que regressaram à sua terra de origem após a migração despertou a atenção de estados, organizações internacionais e ONGs multiplicando as ações de assistência e acompanhamento, assim como os casos de retorno assistido, como aparece elucidado em alguns artigos desta resenha.

O regresso ao país de origem ou de trânsito pode ser *forçado* – caso a pessoa seja obrigada por decisão administrativa ou judicial – ou *voluntário* – caso seja produto de sua livre escolha. Fala-se também em retorno *assistido* ou *espontâneo*: no primeiro caso o migrante volta em sua terra com apoio logístico e financeiro de um Estado, ONG ou organização internacional, ao passo que, no segundo caso, ele regressa por sua própria conta.

É comum associar o migrante ao conjunto de modalidades das transferências e impactos provocados nos lugares de origem, como no caso das remessas e do retorno em si. Nesse sentido, o migrante internacional seria um ator do desenvolvimento local no seu país de origem (Fusco e Souchaud, 2008). Na realidade brasileira, um caso típico, entre vários outros, é o dos migrantes retornados de Governador Valadares/MG, onde a economia da cidade é fortemente influenciada pelas remessas de quem ainda vive a experiência migratória e também pelos investimentos realizados por aqueles que efetivaram o retorno.

Durante o percurso do projeto migratório, dadas as condições sociais, econômicas e culturais, esse projeto é reelaborado e o retorno apresenta diferentes nuances. Assim, é possível considerar cinco categorias de retorno (Siqueira, Assis & Dias, 2010): *retorno temporário* – para aqueles que retornam à sociedade de origem apenas em ocasiões esporádicas; o *continuado* – no caso dos indivíduos que migram com o objetivo de trabalhar e fazer uma poupança no intuito de retornar à sociedade de origem e investir em algum imóvel. Porém, não obtém sucesso em seus investimentos financeiros e nem em sua readaptação, com isso re-emigra; *permanente* – no caso dos migrantes que conseguem se readaptar totalmente à sociedade de origem e não pretendem migrar novamente; *transmigrante* – são aqueles que vivem nos dois lugares, geralmente são documentados e desempenham funções sociais nos dois países; e os *retornados da crise*.

Nesta última categoria contempla-se o movimento migratório de retorno ocorrido a partir dos anos de 2007/2008, sendo este diretamente relacionado à crise econômica que atingiu os países que se configuravam como pólos de imigração, tais como EUA, Portugal, Espanha, Itália e outros. A crise atingiu diretamente as ocupações situadas no mercado de trabalho secundário, onde houve

redução de trabalho e de ganhos. Nessa situação o custo benefício da emigração deixou de ser positivo e muitos optaram por retornar diante da inviabilidade de continuar vivendo nesses países. Portanto, para muitos o projeto emigratório tornou-se um projeto interrompido, frustrado.

É importante ressaltar que na compreensão dos motivos e das condições pelas quais a migração de retorno de trabalhadores internacionais se concretiza, o contexto social, econômico e político devem ser acompanhados, tanto no país de destino quanto no de origem. O fluxo de retorno dos migrantes brasileiros, por exemplo, demonstra que o país vem se tornando cada vez mais atrativo por seus desempenhos na economia, apesar da crise econômica. Nesse sentido, não somente os “fatores de expulsão” da sociedade receptora são considerados no momento do retorno, mas também os “fatores de atração” na sociedade de origem. Nesse sentido, o ato de retornar não ocorre simplesmente devido a “fracassos” ou “sucessos” no nível econômico.

ITALIANO

Italia: ai migranti la possibilità di un ritorno volontario e assistito nei paesi d'origine

Alessandro Graziadei

Mentre nelle scorse settimane ci siamo occupati di Frontex e dei costi dei rimpatri coercitivi, oggi vi parliamo del programma di Ritorno Volontario Assistito (RVA) che, sostenuto dall'Unione europea, dal Ministero dell'Interno tramite il Fondo Europeo Rimpatri, dalle Regioni e dai Comuni italiani in collaborazione con enti, associazioni e Ong organizzate nella Rete Nirva, ha l'obiettivo di agevolare il ritorno volontario e consapevole dei migranti nel proprio Paese di origine.

A sostenere il progetto è attiva da alcune settimane una campagna informativa denominata “Ritornare per ricominciare”, promossa dall'Associazione Italiana per il Consiglio dei Comuni e delle Regioni d'Europa (AICCRE) e dal Consiglio Italiano per i Rifugiati (CIR), che si pone un duplice obiettivo: “informare i migranti potenzialmente interessati e l'opinione pubblica sull'opzione del Rimpatrio Volontario Assistito e fornire strumenti per la divulgazione e la comunicazione del progetto, facilitando così l'incontro e il dialogo tra le realtà pubbliche e private impegnate nel settore e gli immigrati potenzialmente interessati” attraverso la Rete Nirva presente in tutta Italia con 159 “Punti informativi”, 60 “Punti di sensibilizzazione” e 20 “Antenne regionali” (tra i quali il trentino Cinformi). Oltre ad un sito plurilingue e messaggi audio e video lanciati sulle reti RAI, è stata anche attivata la produzione di circa 1.000.000 materiali informativi a stampa (depliant in 10 lingue, locandine in tre lingue, dispense, adesivi...).

Un grosso sforzo comunicativo, ma indispensabile alla diffusione delle informazioni: “Sei un immigrato

extracomunitario? Vorresti lasciare l'Italia e tornare a vivere nel tuo Paese? Hai bisogno di assistenza? - spiega ai possibili migranti interessati la segreteria organizzativa della campagna, (che offre anche un servizio help desk telefonico ed e-mail) - Il programma nazionale per il Ritorno Volontario Assistito può offrirti un aiuto concreto: organizzarti il viaggio, contribuire alle spese, ottenere i documenti necessari ed prevedere un sostegno alla reintegrazione sociale ed economica”.

L'ultimo piano attivo dal 2008 con un contributo finanziario offerto dal Fondo Europeo Rimpatri che mette a disposizione 68.000.000 di Euro fino al 2013 e che prevede il co-finanziamento da parte dello Stato membro che ne fruisce, interviene con un aiuto oltre che logistico anche finanziario per il viaggio, dando anche la possibilità di organizzare una reintegrazione sociale ed economica del migrante nel Paese natale grazie alla stretta collaborazione con le autorità di quei Paesi d'origine dei migranti. “Il contributo viene offerto solo ai migranti - precisa la campagna - che, caratterizzati da elementi di vulnerabilità, non hanno più le condizioni per restare in Italia e desiderano spontaneamente ritornare nel proprio Paese. Al 75% dei richiedenti, infatti, in base alla valutazione delle situazione di vulnerabilità del migrante, può essere fornito un contributo, utile a rendere sostenibile il rientro nel Paese di origine per le necessità primarie, l'inizio di un'attività imprenditoriale e l'eventuale formazione, il reperimento di un alloggio e la copertura di spese mediche di base”.

“Vi sono migranti che approdano in Italia con la speranza di costruire un futuro per se stessi e le proprie famiglie - ha precisato la campagna Ritornare per Ricominciare - ma che sono costretti a fare i conti con una realtà diversa da quella immaginata, fatta a volte di sfruttamento e marginalità. Per non essere risucchiati dai meccanismi della marginalità estrema, per loro la sola via d'uscita è il ritorno nel Paese d'origine”. Un obiettivo non sempre facile da raggiungere, poiché vi si sovrappongono ostacoli economici e burocratici che rischiano di aggiungere al danno per un progetto di vita non riuscito, la beffa dell'impossibilità materiale del ritorno e dell'eventuale mancato reinserimento nel Paese d'origine a tutto svantaggio di una vita dignitosa.

Proprio per questo è nata l'idea di istituire i Ritorni Volontari Assistiti. Attualmente in Italia esistono 2 diversi programmi di RVA che si differenziano sia per le categorie di beneficiari a cui si applicano, che per i loro contenuti e modalità di realizzazione: oltre al progetto Partir II, realizzato dall'Organizzazione Internazionale per le Migrazioni (OIM) e con le caratteristiche che abbiamo fino ad ora descritto esiste anche il progetto Odisseo, realizzato dall'associazione Virtus Italia Onlus, “rivolto esclusivamente a ex-minori non accompagnati e giovani adulti albanesi dai 18 ai 25 anni, presenti sul territorio italiano, che non rispettino più le condizioni per il rinnovo del permesso di soggiorno e che intendano volontariamente rientrare nel proprio Paese”.

Per entrambi i casi “i microprogetti di reintegrazione non sono standardizzati ma disegnati, insieme all'utente, intorno al suo profilo, alle sue necessità e alle sue esigenze. L'obiettivo primario - ha precisato la segreteria della campagna - è spesso quello di trovare un alloggio (qualora i beneficiari non vogliono o non possano essere reinseriti in famiglia), formare gli utenti e inserirli lavorativamente, cosicché si rendano economicamente indipendenti e provino a risolvere quei problemi che li hanno spinti a venire in Italia”.

Realizzati in Italia sin dal 1991 i programmi di Ritorno Volontario hanno sostenuto nel corso degli anni centinaia di migranti. Tra il giugno 2009 e il marzo 2010, 228 migranti sono tornati dall'Italia ai loro Paesi, principalmente Marocco, Nigeria, Sudan e Iraq, mentre tra il luglio 2010 e il marzo 2011 i migranti reintegrati in patria sono stati 200, molti dei quali colombiani, macedoni, brasiliani e ghanesi. Un progetto per il quale andare soddisfatti ha commentato il Consiglio Italiano per i Rifugiati perché “Chiunque si viene a trovare suo malgrado in situazioni di marginalità, non può essere confuso con un criminale”. Per questo va sostenuto, con proposte che, come queste, in molti casi “arricchiscono e completano le nostre politiche per l'immigrazione, non sempre all'altezza della situazione” come ha denunciato l'iniziativa “LasciateCIEntrare” promosse davanti ad alcuni CIE e CARA italiani per reclamare il diritto di accesso e documentazione della situazione dei migranti da parte dei giornalisti .

Fonte: <http://www.unimondo.org/Notizie/Italia-ai-migranti-la-possibilita-di-un-ritorno-volontario-e-assistito-nei-paesi-d-origine> - 30.07.11

Immigrazione: dopo mesi il governo recepisce la direttiva europea sui rimpatri. Nel modo peggiore

Non era difficile prevedere che il nevrotico succedersi, in questi ultimi anni, di interventi legislativi in materia di immigrazione (quasi tutti ispirati a pulsioni ideologiche grossolane) avrebbe portato ad un cattivo recepimento della Direttiva europea sui rimpatri (direttiva 2008/115/Ce del Parlamento europeo e del Consiglio del 16 dicembre 2008, recante norme e procedure comuni applicabili negli Stati membri al rimpatrio dei cittadini del Paese terzi il cui soggiorno è irregolare). Eppure, come espressamente stabilito in una recente sentenza della Corte di Giustizia europea, la trasposizione delle regole comunitarie in tema di rimpatri non dovrebbe consentire, agli Stati membri, di applicare norme più severe nell'ambito che essa disciplina. Il che evidentemente importa poco o nulla al Governo (e

in particolare al Ministro dell'Interno), altrimenti il Consiglio dei Ministri non avrebbe approvato, lo scorso 16 giugno, il decreto-legge recante “Disposizioni urgenti per la completa attuazione della Direttiva 2004/38/Ce e per il recepimento della Direttiva 2008/115/CE”.

Ma procediamo con ordine. C'è da dire innanzitutto che la Direttiva europea in questione esprime una chiara preferenza per il “rimpatrio volontario” degli irregolari. L'allontanamento coatto - e, quindi, la possibile privazione della libertà degli extracomunitari privi del permesso di soggiorno mediante il loro trattenimento presso un CIE - è possibile solo in ipotesi residuali; ad esempio nei casi in cui allo straniero - considerato il pericolo di fuga o sussistendo motivi di ordine pubblico, pubblica sicurezza o sicurezza nazionale - non è

stato concesso il termine per il rientro volontario nel proprio Paese, ovvero, se concesso, non è stato rispettato, oppure se l'allontanamento rischia di essere compromesso dal comportamento dell'interessato.

Questa chiara preferenza per il rimpatrio volontario degli irregolari non risulta essere stata rispettata dal decreto legge approvato dal Consiglio dei Ministri lo scorso 16 giugno, in quanto, in esso, i presupposti per procedere all'espulsione forzata sono stati notevolmente ampliati rispetto a quanto previsto nella citata Direttiva. Il decreto legge, infatti, privilegia l'allontanamento coatto degli irregolari non solo in presenza del pericolo di fuga o per motivi di ordine pubblico, pubblica sicurezza o sicurezza nazionale, ma anche in tutti i casi in cui la domanda di soggiorno presentata dall'extracomunitario risulti essere stata respinta perché manifestamente infondata (trattasi della stragrande maggioranza dei casi) o, ancora, in tutti i casi in cui lo straniero non abbia chiesto un termine per la partenza volontaria (sappiamo benissimo che molti extracomunitari non verranno mai messi a conoscenza di questa facoltà, molti parlano male l'italiano e di rado comprendono quello che viene detto loro dai pubblici funzionari). Peraltro, ove richiesto, il termine per la partenza volontaria potrà essere concesso solo se lo straniero irregolare sarà in grado di dimostrare "la disponibilità di risorse economiche sufficienti derivanti da fonti lecite, per un importo proporzionato al termine concesso", altrimenti verrà attivata la procedura volta all'espulsione coatta.

Ma v'è di più. Sulla base di questo decreto legge, l'esistenza del pericolo di fuga dello straniero irregolare (che, come detto, giustifica il rimpatrio volontario o il trattenimento presso i CIE) può essere desunta dal Questore anche solo dalla "mancanza di idonea documentazione atta a dimostrare la disponibilità dello straniero di un alloggio ove poter essere agevolmente rintracciato". In pratica, con questa disposizione, la Pubblica Autorità non dovrà dimostrare l'esistenza del pericolo di fuga, gli basterà fare riferimento alle condizioni di indigenza in cui versa l'extracomunitario (anche qui, trattasi della stragrande maggioranza dei casi, considerato che non sono molti gli extracomunitari in possesso di questo tipo di documentazione), per bloccare l'allontanamento volontario e procedere al rimpatrio forzato degli stranieri privi del permesso di soggiorno (e al loro possibile trattenimento presso i CIE per un periodo massimo di 18 mesi).

La Direttiva, inoltre, stabilisce che, anche in caso di mancanza dei presupposti per procedere al

rimpatrio volontario, la privazione della libertà degli irregolari mediante trattenimento all'interno dei CIE debba comunque essere sottoposta a limiti stringenti e ad un pieno ed efficace controllo giurisdizionale; deve avere durata quanto più breve possibile e deve protrarsi solo per il tempo necessario all'espletamento diligente delle modalità di rimpatrio e, soprattutto, deve essere riconducibile ad una condotta colposa dello straniero (occorre aver evitato e/o ostacolato, con il proprio comportamento, le procedure di rimpatrio).

Di tutto questo non v'è traccia nel decreto-legge del Governo, il quale ha sì recepito le regole comunitarie nella parte dove si prevede la possibilità di trattenere gli immigrati irregolari dentro i CIE per un periodo massimo di 18 mesi (a fronte dei sei mesi previsti dalla normativa in vigore qui da noi), ma senza subordinare quello stesso trattenimento ai limiti stringenti richiamati in ambito europeo.

Nel testo licenziato dal Consiglio dei Ministri, infatti, il trattenimento degli extracomunitari presso i CIE può essere disposto anche per motivi che nulla hanno a che vedere con eventuali condotte colpose dello straniero, ossia anche quando vi è necessità di "effettuare accertamenti sulla identità o nazionalità della persona" oppure quando occorra "acquisire i documenti per il viaggio o la disponibilità di un mezzo di trasporto idoneo"; tutte circostanze che rinviano a difficoltà di natura puramente oggettiva. Che colpa ne ha l'extracomunitario se lo Stato non è diligente e non assicura immediatezza nell'espletamento delle espulsioni, magari per mancanza di risorse e personale? In nessun caso le disfunzioni dell'apparato statale dovrebbero ricadere sullo straniero, a maggior ragione quando la conseguenza sia la privazione della libertà personale.

Inoltre, fra i presupposti legittimanti il trattenimento fino ad un periodo massimo di 18 mesi il decreto legge elude ogni accenno alla necessità che sia stato posto in essere il massimo sforzo possibile nell'assicurare il rimpatrio immediato, cosa invece prevista nella direttiva europea. Ma l'aspetto più sconcertante è che, diversamente da quanto suggerito dalla direttiva europea, questo decreto-legge prevede un mero controllo "formale" sui provvedimenti di trattenimento richiesti dal Questore; un controllo cioè privo di autentico carattere giurisdizionale perché affidato ad un giudice non togato (il Giudice di Pace), organo abituato ad amministrare una giustizia "minore" ed assolutamente privo di ogni competenza in punto di libertà personale. La direttiva europea invece

stabilisce che il trattenimento nei Centri, soprattutto se disposto per periodi così lunghi (fino a 18 mesi! Più che per un omicidio colposo!), debba essere subordinato alla garanzia di un pieno ed efficace controllo giurisdizionale.

In materia di rimpatri, insomma, il Governo non ha adottato norme conformi alla direttiva europea e ai principi che la ispirano né ha dato esecuzione alla sentenza della Corte di Giustizia, nel pieno rispetto della stessa. L'eventuale conversione in legge di questo provvedimento governativo esporrà quindi il nostro Paese ad una nuova procedura per infrazione (che si aggiungerebbe a quella già

avviata per il ritardato recepimento) e a nuovi rinvii pregiudiziali alla Corte di Giustizia di Lussemburgo da parte dei giudici italiani che dovessero riscontrare la non conformità delle nuove norme rispetto a quanto previsto e stabilito in sede europea.

Si spera quindi che il Parlamento, chiamato a convertire in legge questo decreto entro i prossimi 60 giorni, sappia adottare scelte più meditate ed in linea con le regole comunitarie.

Fonte: <http://notizie.radicali.it/articolo/2011-06-22/editoriale/immigrazione-dopo-mesi-il-governo-recepisce-la-direttiva-europea-sui-> - 22.06.11

Cervelli in fuga che non riescono a tornare

Ventimila italiani ogni anno vanno a lavorare nelle università e nei centri di ricerca all'estero. Cervelli in fuga che spesso, dopo un po' di anni, hanno voglia di tornare. Ma non sempre ce la fanno. Secondo i dati elaborati dal servizio di documentazione del Consiglio nazionale universitario, su 100 che fanno domanda per il rientro, riescono a fare ritorno in Italia solo in 10. E di questi appena cinque trovano un lavoro stabile.

Il problema non è solo la fuga di cervelli, quindi: un'esperienza all'estero, del resto, fornisce sempre un valore aggiunto al curriculum. "Chi parte e trova una collocazione buona rientra con molta difficoltà e l'unica soluzione è mettere risorse sulla ricerca. Benissimo che ci sia la fuga ma dobbiamo sanare questo bilancio passivo tra chi esce e chi viene, o torna, da noi – afferma Andrea Lenzi, presidente del Consiglio universitario nazionale -. Quello che il nostro paese deve rimproverarsi è proprio di aver fallito nella circolazione dei cervelli. Una pecca grave, perché lo sviluppo di un paese dipende anche dal capitale umano esistente e i progressivi tagli alla ricerca stanno affondando la barca".

I dati deludenti sul rientro dei cervelli fanno il paio con quelli sulle opportunità nella ricerca. Secondo le stime Ocse, in Italia ha un'occupazione fissa il 56% dei ricercatori che lavorano stabilmente in Francia, il 41% in confronto alla Germania e il 60% rispetto alla Gran Bretagna. "Qui da noi lo stato giuridico dei ricercatori non è ancora definito – spiega Filippo Sabetta, preside di Ingegneria aeronautica e dello spazio alla Sapienza di Roma – e così, paradossalmente, abbiamo anche corsi scoperti. Chi vince borse di dottorato ed è pagato

dall'università guadagna meno di chi è assegnista di ricerca e pagato da enti internazionali".

La situazione, secondo Sabetta, non dà segni di miglioramento: "Sono dieci anni che l'università soffre: dicono di averci dato 800 milioni di euro ma è solo un taglio pesante mascherato perché prima ce ne avevano tolti 1 milione e quattrocentomila. E con tutti i professori che stanno andando in pensione, non se ne riassume neanche uno".

Gli fa eco Luciano Less, ordinario alla Sapienza: "Mancano delle politiche di lungo periodo e non si può sovvertire la programmazione della ricerca ogni due anni perché questo impedisce di utilizzare al meglio le risorse a disposizione, sia in termini di capitali economici sia in termini di capitali umani. Ci vogliono dieci anni per formare una persona e non si può neanche dirle, quando ha 35-37 anni, 'ciao, ora veditela tu'. Ma è chiaro che i più bravi, se non vedono prospettive di carriera e di retribuzione immediata, vanno via". L'Italia, continua Less, per un ricercatore o un professore straniero non ha appeal: "Sia a causa degli stipendi, che sono la metà rispetto a fuori, sia a causa degli spazi degli atenei che non sono adeguati – spiega -. Ci sono poi le difficoltà burocratiche che negli ultimi due, tre anni si sono aggravate ulteriormente. Il risultato? Che spesso non tornano i nostri migliori giovani, ma in compenso ci teniamo 'i più pazienti'. Invece almeno uno sui dieci di quelli che eccellono vorremmo tenercelo qui a fare ricerca dopo averlo cresciuto".

Fonte: <http://www.ilfattoquotidiano.it/2011/04/10/cervelli-in-fuga-che-non-riescono-a-tornare/103485/> - 10.04.11

La mia proposta di legge per il rimborso dei contributi agli stranieri che rimpatriano

Una proposta di legge al fine di tutelare i diritti previdenziali dei cittadini extracomunitari che hanno lavorato e versato i contributi in Italia e decidono di rimpatriare prima del compimento dell'età pensionabile o della maturazione del diritto a pensione di vecchiaia in Italia. L'ha presentata l'On. Gino Bucchino che in questo modo cerca di supplire al blocco delle convenzioni bilaterali di sicurezza sociale con i Paesi di provenienza degli immigrati extracomunitari.

“Sono migliaia – sostiene il parlamentare eletto nella Circoscrizione Estero – i lavoratori extracomunitari che versano i contributi in Italia per alcuni anni e poi tornano nei loro Paesi di origine senza aver maturato un diritto autonomo a pensione italiana perdendo così la contribuzione versata, anche a causa del fatto che l'Italia da anni non stipula o rinnova più convenzioni di sicurezza sociale a tutela dei nostri emigrati che vanno all'estero e degli stranieri che vengono in Italia; convenzioni che consentirebbero ai lavoratori di ottenere una prestazione pro-rata da entrambi i Paesi contraenti”.

Fino al 2002 – ricorda Bucchino – i contributi versati in Italia venivano rimborsati agli stranieri in caso di rimpatrio. La legge sull'immigrazione Bossi-Fini varata in quell'anno abolì il rimborso dei contributi e introdusse una norma che consente agli stranieri rimpatriati di ottenere una piccola pensione al compimento del 65mo anno di età ma solo se i versamenti rientrano nel sistema contributivo – che si applica a tutti coloro i quali hanno cominciato a versare in Italia a partire dal 1996 - escludendo tutti gli altri, e cioè coloro i quali hanno versato i contributi prima del 1996 oppure sia prima che dopo tale data (sistemi retributivo e misto).

Romania, gli emigranti non tornano a casa

Negli anni passati, per molti romeni (provenienti soprattutto dalle zone rurali) l'emigrazione ha rappresentato un'occasione di riscatto economico e sociale. Oggi la crisi ha cambiato le prospettive, ma il ritorno in Romania non sembra una strada percorribile, e il futuro appare pieno di incognite

“È davvero dura qui. Lavoriamo di più e siamo pagati di meno... turni di tredici e quattordici ore in lavori di ristrutturazione sono diventati la norma. Mio fratello ed io siamo fortunati a trovare ancora lavoro qua e là a Madrid. Ma penso che quest'estate non potremo permetterci di tornare a casa. È la prima volta in sette anni che non lo facciamo. Abbiamo sempre mantenuto le spese al minimo, abbiamo comprato il cibo più scadente e

Secondo Bucchino si è creata così una situazione di disparità di trattamento tra categorie simili di lavoratori che penalizza paradossalmente quelli che rientrano nel sistema retributivo o misto e i quali sono immigrati in Italia in periodi più remoti nel tempo, (quando vigeva solo il sistema retributivo) hanno forse vissuto in Italia più a lungo e hanno versato un numero più alto di contributi.

La proposta di legge intende sanare in parte la discriminazione succitata reintroducendo nella legislazione italiana l'istituto del rimborso dei contributi. Il rimborso sarebbe quindi alternativo alla conservazione dei diritti previdenziali maturati in Italia in caso di rimpatrio previsto dalla legge attualmente in vigore (e che rimarrebbe in vigore) a favore degli extracomunitari i quali maturino il diritto a pensione nel sistema contributivo a prescindere dall'anzianità contributiva fatta valere, e si applicherebbe anche ai lavoratori extracomunitari i quali non rientrano nel sistema contributivo, bensì in quello retributivo o misto, introducendo così il principio di parità di trattamento.

La proposta di legge stabilisce che ai lavoratori extracomunitari, compresi quelli che avrebbero titolo alla pensione di vecchiaia con il sistema retributivo o misto, in caso di rimpatrio hanno la facoltà di richiedere, nei casi in cui la materia non sia regolata da convenzioni internazionali, la liquidazione dei contributi che risultino versati in loro favore presso forme di previdenza obbligatoria maggiorati del 3 per cento annuo.

Fonte: <http://www.ginobucchino.it/index.php/Ultime/La-mia-proposta-di-legge-per-il-rimborso-dei-contributi-agli-stranieri-che-rimpatriano.html> 15.02.11

non abbiamo acquistato un'auto vistosa, anche quando i tempi erano migliori. Abbiamo risparmiato per costruire una casa in Romania e avere dei soldi per i tempi difficili. Ma adesso guadagniamo a malapena per un appartamento sovraffollato, il cibo e duecento euro al mese da spedire alla nostra famiglia in Romania”.

Miti logori

Nicu Pop è sempre stato un inguaribile ottimista, ed è evidente che questa triste conversazione non è da lui. I suoi colleghi lo hanno sempre preso in giro per il suo ottimismo sconfinato. Ma la situazione, oggi, è abbastanza cupa da oscurare le aspettative anche dei più resistenti tra i lavoratori romeni

impiegati nel settore edilizio spagnolo ed irlandese, un tempo in forte espansione. E con questi Paesi che scricchiolano sotto l'austerità fiscale e con i loro paesaggi urbani pieni di case vuote di recente costruzione, è chiaro che i posti di lavoro nell'edilizia, la nicchia di mercato di lavoro preferita dai lavoratori immigrati romeni, non torneranno mai più.

“Per anni ho fatto gli straordinari, ed ero disposto a mettere le mani sul fuoco se il datore di lavoro lo avesse chiesto. Ora però tutto sta cadendo a pezzi, e non ho idea di cosa fare. Alcuni dicono che dovremmo andare altrove in Europa, ma i miei unici contatti sono a Dublino. E nemmeno lì c'è lavoro. Forse dovrebbero radunarci tutti e spedirci a casa, così non avremmo più illusioni sul fatto che qui contiamo qualcosa”.

I miti sulle ricompense del duro lavoro fisico sono crollati tra i romeni emigrati in questi anni, in gran parte giovani uomini provenienti da zone rurali, la cui unica esperienza lavorativa prima dell'emigrazione era stata la massacrante attività agricola in un villaggio della Transilvania o lunghi spostamenti per lavorare in fabbrica, spesso con turni duri e bassa retribuzione.

Tuttavia, la diminuzione delle opportunità lavorative in Spagna ed Irlanda non ha provocato una massiccia emigrazione di ritorno verso la Romania. Al contrario, secondo le statistiche del governo di Bucarest, quasi mezzo milione di romeni ha presentato domanda e 140.000 hanno ottenuto un contratto di lavoro in Europa occidentale attraverso l'agenzia di collocamento governativa. Mentre Italia e Spagna sono state le destinazioni preferite durante l'ultimo decennio, nel 2010 la maggior parte di coloro che sono partiti hanno fatto ingresso nel mercato britannico e tedesco, con l'agricoltura ad assorbire la maggior parte dell'afflusso.

Niente ritorno a casa

Perché i romeni continuano a partire e perché gli immigrati disoccupati e sottoccupati non hanno fatto ritorno? In primo luogo, la maggioranza degli emigranti sono partiti da regioni rurali, dove si trovavano di fronte alla prospettiva di un'agricoltura di sussistenza, a sussidi di disoccupazione estremamente bassi ed a breve termine, con difficoltà d'accesso ai servizi pubblici e un'estrema scarsità di lavoro salariato. Per quanto possa essere difficile la vita nelle case popolari degli immigrati a Barcellona o Dublino, almeno ci sono i recenti ricordi del successo economico a cui gli immigrati possono attingere per mantenere la propria capacità di resistere durante la crisi.

Oltretutto, in Europa occidentale gli immigrati possono restare a galla durante la crisi grazie ad una combinazione di livelli accettabili di sussidi di disoccupazione e un ottimo accesso all'assistenza sanitaria, elementi questi molto insoddisfacenti in Romania. Inoltre, decine di migliaia di famiglie di immigrati hanno bambini che sono nati nei Paesi di destinazione o sono andati a scuola lì.

Per questi bambini la lingua romena è la lingua che parlano a casa con genitori e fratelli, magari in forma dialettale, piuttosto che la lingua della maggior parte delle loro attività quotidiane. Senza un'esposizione al sistema scolastico romeno, dove è insegnato il romeno standard, è probabile che questi bambini incontrerebbero difficoltà a scuola se fossero “riportati” al sistema d'istruzione romeno.

Al contrario, pur essendo socialmente gratificante, la vita di villaggio in Romania offre poco in termini di speranza. Durante l'ultimo decennio, l'interazione tipica tra lavoratori emigranti e le loro comunità d'origine avvenuta durante le vacanze di agosto e alla fine di dicembre, quando i villaggi ritornano alla vita con gli emigranti che riempiono i pub, lavorano alla costruzione di grandi case e sfoggiano auto semi-nuove.

Ritornare nello stesso posto a metà novembre o all'inizio di febbraio è una cosa diversa. Come dice scherzando Tabara Marin, un camionista licenziato che ha trascorso cinque mesi in disoccupazione in Spagna, “mia moglie ed io vivevamo in un'angusta casa popolare ad Almeria (Spagna), orari di lavoro pazzeschi e così via. Poi entrambi abbiamo perso il lavoro e non trovavamo nulla, non importa quanto cercassimo, e abbiamo anche pensato di superare i tempi duri, approfittando dei sussidi, e di tornare a vivere nel nostro villaggio natio. Dopo un mese, però, mi volevo suicidare...Fango sulle strade, età media sui settant'anni... Il miglior lavoro che puoi trovare è fare il contadino per un delinquente del posto, che paga sei euro al giorno. Quindi abbiamo deciso, ritorneremo in Spagna. Almeno lì possiamo sperare che la crisi passerà e che troveremo un lavoro, mentre qui, anche quando ritorneranno i tempi buoni, i lavori resteranno malpagati, l'ospedale sarà sempre un buco e la scuola continuerà a cadere a pezzi”.

Prospettive grigie

Fin dall'inizio della modernizzazione economica della Romania nel XIX secolo, l'industria e i servizi potevano contare su un esercito di manodopera a basso costo, proveniente dai villaggi. Questo è stato il caso soprattutto durante l'esperienza romena di sviluppo economico (neo)stalinista, quando la crescita a rotta di collo nell'industria ha

lasciato nelle campagne quasi metà della popolazione.

Durante gli ultimi dieci anni è stato il boom immobiliare dell'Europa meridionale e dell'Irlanda a beneficiare dell'afflusso di quasi due milioni di giovani romeni, la maggior parte dei quali proveniente dai villaggi, ma disposta a lavorare in cambio di salari bassi e munita di almeno dieci anni d'istruzione e di una certa esposizione alle competenze di formazione professionale.

Adesso che la bolla immobiliare è scoppiata e il loro Paese d'origine offre loro ben poco, oltre a salari molto bassi e uno smantellamento sistematico dei diritti dei lavoratori, la più dinamica gioventù rurale della Romania affronta una lunga e scoraggiante

traversata verso un'incertezza e precarietà ancora maggiori.

Come dice Nicu Pop con un sorriso sarcastico, "dopo che i lavori e i sussidi di disoccupazione saranno finiti e quando saranno esauriti i nostri risparmi, non avremo altra scelta che tornare a casa, senza illusioni, e lavorare la terra, come i nostri nonni. Non è proprio quello che avevamo in mente in tutti questi anni, ma almeno mangeremo pomodori biologici e carne senza additivi chimici, cosa che nemmeno i ricchi di Madrid possono permettersi".

Fonte: <http://www.balcanicaucaso.org/aree/Romania/Romania-gli-emigranti-non-tornano-a-casa-90826> - 25.03.11

PORTUGUÊS

Crise econômica, terremoto, tsunami e crise nuclear apressam volta de decasséguis ao Brasil

A crise econômica de 2008 e 2009, que praticamente parou o Japão, fez com que muitos brasileiros decidissem pela volta ao país natal por causa da escassez de empregos, principalmente na indústria, maior empregadora de mão-de-obra estrangeira no país.

Ewerthon Tobace

Neste período, a comunidade decasségui no Japão teve uma queda histórica de 14,4%. O número de brasileiros despencou de 312.582, em 2008, para 267.456, em 2009.

Nos últimos meses, uma nova crise provocada pelo terremoto de março e pela ameaça de acidente nuclear no país contribuíram ainda mais para o retorno dos decasséguis ao Brasil.

Segundo dados mais recentes da Agência de Imigração do Ministério da Justiça japonês, a comunidade brasileira diminuiu outros 13,8% passado um ano da crise de 2009.

Até dezembro de 2010, eram 230.552 brasileiros vivendo no Japão – ainda o terceiro maior grupo de estrangeiros, atrás de chineses e coreanos.

A família de João Carlos de Lima, 30, foi uma das que resistiu à crise, mas não aos temores provocados pelo terremoto. Ele, a esposa Nathalya e a filha Geovana deixaram Goiânia (GO) em novembro de 2008 e chegaram pela primeira vez ao país bem no início da recessão.

"Viemos com garantia de emprego, mas chegamos justamente quando as pessoas estavam sendo demitidas em massa das fábricas", lembra Lima, que mesmo desempregado resolveu ficar para tentar a todo custo alcançar o objetivo da casa e do carro próprios no Brasil.

Nathalya ainda conseguiu trabalhar por quatro meses. Neste período, Lima investiu o pouco que tinha em uma bicicleta e conseguiu pagar as contas da casa vendendo salgadinhos brasileiros na rua.

"A maioria da clientela era japonesa, pois os brasileiros estavam numa situação ruim financeiramente", lembra o decasségui, que ficou oito meses desempregado.

Terremoto e tsunami

Passado o pior momento da recessão, Lima conseguiu emprego em uma fábrica e as coisas começaram a melhorar para a família, que ganhou mais um herdeiro, obrigando a esposa a ficar em casa para cuidar das crianças.

Mas em março deste ano, o pior terremoto da história do Japão, o tsunami e a crise nuclear geraram uma estagnação na economia japonesa, que assustou os estrangeiros e contribuiu para o retorno deles ao país natal.

"Como minha esposa está grávida novamente, agora de gêmeos, resolvemos que era a hora de voltar ao Brasil", conta. Nathalya e os dois filhos voltaram no último mês de março para a capital goiana.

Lima, que ficou no Japão para resolver as pendências e juntar um pouco mais de dinheiro, embarca em setembro e chega em tempo de ver o nascimento dos gêmeos.

Mas a família de Lima não foi a única. Somente em março deste ano, segundo dados da Agência de Imigração, 6.872 brasileiros deixaram o país. Em abril, outras 6.552 pessoas embarcaram de volta ao Brasil.

Estabilização

No entanto, para alguns estudiosos das comunidades estrangeiras no Japão, o "efeito terremoto" e o perigo nuclear não farão o número de decasségus cair de forma tão drástica quanto a crise econômica de 2008 e 2009.

"O número deve se 'estabilizar' acima dos 200 mil brasileiros no Japão", afirma Angelo Ishi, sociólogo e professor da Universidade Musashi.

"Além disto, os que retornaram ao Brasil não estão necessariamente conseguindo arrumar emprego. Diante disso, com certeza há muitos que continuam de olho em uma oportunidade para retornar ao Japão."

É o caso da família Lima. João Carlos de Lima retorna com muita esperança de conseguir se

reinsere no mercado de trabalho, mas diz que se os planos não derem certo, o Japão continuará a ser uma opção.

"Vamos lutar e tentar a vida lá. Mas, por precaução, tiramos o visto que permite a reentrada no Japão", conta.

Angelo Ishi lembra que há outros fatores que podem influenciar o número final de brasileiros no país, como trâmites legais de imigração.

"Será que o governo japonês vai permitir mesmo que os brasileiros que receberam a ajuda de retorno (de cerca de US\$ 3 mil) consigam novamente o visto para reentrar no Japão?", questiona o acadêmico, que também faz parte do Conselho de Representantes de Brasileiros do Exterior (CBRE).

Ele destaca que o número pode mudar também porque muitos brasileiros estão se naturalizando no Japão.

"Cada naturalizado a mais significa um brasileiro a menos na conta do Ministério da Justiça japonês", diz.

Fonte:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110712_volta_deca_ssequis_brasil_et.shtml - 12.07

Economia de Governador Valadares esquenta com a volta dos moradores que foram aos EUA

Paulo Henrique Lobato

Refém por mais de três décadas das volumosas remessas mensais de dólares enviadas pelos emigrantes seduzidos pelo sonho de uma vida melhor nos Estados Unidos, a economia de Governador Valadares, a cidade brasileira que mais exportou mão de obra para a terra do Tio Sam, começa a caminhar com as próprias pernas. A engrenagem da nova realidade do município mais populoso do Vale do Rio Doce, com cerca de 290 mil moradores e a 310 quilômetros de Belo Horizonte, deixou de ser movida pelos repasses mensais, os chamados "valadóláres", para ser impulsionada pela economia das pessoas que foram "fazer a América" e acabaram obrigadas a retornar, a partir de 2008, devido à crise financeira deflagrada naquele país e que avançou pelo restante do planeta.

A recessão americana – a bolha explodiu quando um grande número de mutuários não conseguiu mais honrar as prestações de financiamentos de imóveis – trouxe cerca de 5 mil valadarenses de volta à cidade, segundo estimativa da prefeitura.

De um lado, a crise minguou as remessas em dólares para Valadares. De outro, obrigou os emigrantes que retornaram a transformar a grana juntada lá em empreendimentos para movimentar o comércio e a indústria do município.

Para se ter ideia, o emprego formal na cidade cresceu 5,77% no acumulado entre junho de 2010 e maio, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O percentual, apesar de baixo, interrompeu dois resultados negativos apurados pelo Caged: recuo de 1,40% entre junho de 2008 e maio de 2009 e queda de 0,02% de junho de 2009 a maio de 2010.

Dólar minguando

Enquanto o emprego na cidade está em alta, as remessas de valadóláres estão seguindo trajetória contrária. Não há uma estatística oficial da redução dos repasses dos moradores do município que foram desbravar a América, mas um dado do Banco Central, acerca das transferências

legalizadas e enviadas de todos os países estrangeiros ao Brasil, sinaliza que o recuo foi alarmante. Nos primeiros cinco meses de 2008, quando a crise americana ainda não havia estourado, os brasileiros que moram no exterior enviaram US\$ 1,152 bilhão ao país. No mesmo período de 2009, houve queda para US\$ 951 milhões. Outro recuo em igual intervalo de 2010, para US\$ 870 milhões. O mesmo ocorreu em 2011, quando entraram apenas US\$ 837,7 milhões no país, no período. A redução, frente ao registrado em 2008, foi de cerca de 27%.

Um exemplo que mostra claramente as razões para essa queda é o relatado por Edimar Bispo de Souza, de 44 anos, que morou em Somerville, no estado americano de Massachusetts, de 2005 a 2008. “Recebia US\$ 2 mil entregando gelo nos Estados Unidos. Enviava para cá, mensalmente, US\$ 1 mil. A crise freou o ritmo de trabalho e passei a enviar US\$ 300.” Hoje, ele é recepcionista de um hotel que fica em frente à Prefeitura de Governador Valadares.

Boom imobiliário

O empresário André da Costa, de 44, também vem ajudando a movimentar a nova economia da cidade. Ele foi “fazer a América” em 1985 e retornou, em agosto de 2010, para montar a R.A. Construtora. O primeiro empreendimento imobiliário – um prédio de nove apartamentos – está em fase de acabamento e todas unidades foram vendidas. “Ganhei dinheiro lá fora. Era dono de uma empresa de pintura. Em 2007, empregava 350 pessoas e atendia de 60 a 70 casas por semana. Em 2008, restaram 15 funcionários e seis ou sete imóveis semanais. Não tive outra escolha: voltei. Aqui, constatei que o mercado está propício à construção civil”, disse o executivo, pai de três filhos nascidos no exterior. Ele atua no ramo cuja variação do emprego formal foi a maior entre os setores pesquisados pelo Caged em Valadares: 28,34%.

Rina Machado, de 47, também soube aproveitar oportunidade na área. Há três semanas, retornou da América e foi convidado a administrar uma construtora. Ele foi para os EUA em 1984, montou alguns negócios, entre os quais destaca um restaurante. Depois, migrou para o mercado imobiliário, onde a crise estourou. “Perdi dinheiro e

fui ganhar a vida, como empregado, no meu antigo restaurante. A crise e a saudade do Brasil me fizeram voltar. Sempre tive saudades daqui. Senti falta do calor humano do nosso país.”

Para o secretário municipal de Desenvolvimento, Paulo Costa esses movimentos são a prova de que a economia da cidade começa a caminhar com as próprias pernas: “O município tem que aprender a se sustentar sem os repasses dos emigrantes”. O emprego no comércio, principal atividade econômica de Valadares, cresceu 5,87% no período, quando 9,5 mil vagas foram abertas.

“Nossa economia vai muito bem”, acredita Celso Antônio de Oliveira, de 37, que montou uma quadra de futebol de grama artificial com o dinheiro da economia feita na América. “Lá, fui pintor e pregador de placas de amianto entre 1999 e 2009. Quando voltei, investi R\$ 480 mil nesta quadra, inaugurada há duas semanas, e já estou com 65% dos horários reservados. Já penso em abrir outra na região”, planeja.

Na minha cidade

O retorno em massa de emigrantes levou a Prefeitura de Governador Valadares a organizar, amanhã, das 13h às 18h, na sede do Executivo, o fórum “Emigração: um ciclo que acabou?”. O evento discutirá a situação dos emigrantes que moram no exterior e a redução do envio de remessas. E esse tipo de iniciativa deve estar sempre na pauta dos governantes do município. Sugestão de Raimundo Santana, gerente do Programa Emigrante Cidadão (PEC)

Mais um motor

A indústria representa menos de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) de Governador Valadares. Mas o segmento deve ganhar impulso em 2013, quando o laticínio goiano Bela Vista, dono da marca Piracanjuba, planeja inaugurar sua primeira unidade mineira no município. Será a maior indústria da cidade. O empreendimento, orçado em cerca de R\$ 30 milhões, vai gerar perto de 2 mil postos de trabalho, entre diretos e indiretos.

Fonte: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/07/03/internas_economia.237507/economia-de-governador-valadares-esquenta-com-a-volta-dos-moradores-que-foram-aos-eua.shtml - 03.07

Crise força a volta de brasileiros

A pior crise econômica dos últimos 70 anos poupou o Brasil. Mas, para milhares de brasileiros

no exterior, a recessão os transformou em algumas das vítimas mais afetadas. Em quase todos os

países atingidos, os imigrantes foram os primeiros a ser demitidos. Hoje, três anos depois da eclosão da crise, um número cada vez maior de brasileiros que vivia na Europa e no Japão tomam o caminho de volta para casa, em busca de uma melhor situação em sua própria terra. O fenômeno tem chamado a atenção tanto de organizações internacionais quanto do Itamaraty, que já mobilizou suas embaixadas pelo mundo para fazer um censo de qual é o real volume desse fluxo migratório de retorno ao Brasil.

Ninguém sabe dizer exatamente quantos são os brasileiros que estão abandonando Portugal, Espanha, Bélgica, Japão ou Irlanda. Mas, em todas essas economias, autoridades e ONGs confirmam que a tendência é real e cada vez mais intensa. Enquanto na Europa, desde 2007, são 4 milhões de novos desempregados, a economia brasileira gerou mais de 3 milhões de postos de trabalho nesse período. No total, 3 milhões de brasileiros vivem no exterior. Desses, 810 mil estão na Europa. Mas o Itamaraty admite que os números são de 2009 e, segundo o Estado apurou, encomendou a suas embaixadas um novo levantamento, que deve ficar pronto em setembro. O objetivo é entender como a crise nos países ricos afetou a situação dos brasileiros.

Ainda que os números totais não sejam conhecidos, o governo admite que o fenômeno do retorno é real. Em setembro de 2010, o Itamaraty chegou a elaborar uma cartilha para ajudar no regresso. No Ministério do Trabalho, já se pensa em como aproveitar o treinamento adquirido por esses brasileiros na economia local.

O caso de Portugal talvez seja o mais emblemático para os brasileiros na Europa. O país vive uma profunda crise e o desemprego é o maior em 30 anos. Segundo um estudo do Instituto Universitário de Lisboa, lançado há duas semanas, a crise tem sido o principal fator para o retorno dos brasileiros. Outro levantamento da mesma instituição, feito com 1.400 imigrantes brasileiros, revelou que um terço tinha planos de deixar a Europa.

Se o número total de retornos é difícil de ser estabelecido, entidades apontam para alguns indicadores que confirmam a tendência. Um dos mais importantes é o número de brasileiros que teve de socorrer à ajuda do Estado português ou de entidades internacionais para fazer o caminho de volta. Em muitos casos, brasileiros ficaram sem dinheiro para comprar a passagem para voltar para casa e a Organização Internacional de Migrações (OIM) passou a pagar o retorno dessas pessoas.

Segundo Isabela Salim, do escritório da OIM em Lisboa, o número de brasileiros assistidos desde

2009 registrou um aumento importante. Em 2009, 315 brasileiros tiveram suas passagens compradas pela entidade para voltar ao País. Em 2010, esse número saltou para 562 brasileiros - um aumento de 78%. O volume se manteve elevado no primeiro semestre de 2011, com 271 retornos de brasileiros. A maioria dos beneficiados volta para Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, São Paulo e Paraná. O programa não atende apenas cidadãos do Brasil, mas a OIM aponta que mais de 80% da ajuda que dá hoje é a brasileiros.

Os brasileiros não foram os únicos a deixar Portugal. Dados oficiais do governo mostram que, em 2010, houve menos estrangeiros se estabelecendo no país que o número de pedidos de ajuda para regressar a seus locais de origem. Entre 2009 e o ano passado, o governo de Lisboa recebeu 47% a mais de pedidos de ajuda de estrangeiros para voltar a seus países - 80% das 559 pessoas com seu retorno financiado eram brasileiros. Renan Paes Barreto, cônsul geral do Brasil em Portugal, disse que não acredita que haverá mais a "imigração indiscriminada de brasileiros para Portugal", como ocorreu nos anos 80 e 90.

A Espanha vive uma situação parecida com a de Portugal. Diante de um desemprego de 20% - que chega a 35% entre os imigrantes -, a Espanha tem visto uma fuga de estrangeiros do país e, pela primeira vez em um século, teve uma queda de sua população total. A redução foi de apenas 28 mil pessoas.

A carioca Daiana Kishimoto, de 28 anos, transitou entre esses dois cenários de recessão. Em 2009, foi com o então marido para Lisboa, onde ele faria um mestrado em sua área. Ela tinha a vantagem de ter a cidadania portuguesa. "Encontrei dificuldade para me sustentar", diz a designer de interiores. Em Portugal, explica, há poucos jovens, já que eles deixam o país para buscar oportunidades na Inglaterra e na Alemanha. Depois de se separar do marido, Daiana tentou a sorte em Madri. Também não conseguiu emprego em sua área e acabou trabalhando como babá, garçonete e vendedora. "Isso porque eu tenho cidadania europeia. Se não tivesse, nem isso teria conseguido." Há quatro meses, voltou ao Rio, mas ainda sonha em morar nos Estados Unidos.

Em 2010, 464 mil imigrantes chegaram à Espanha, 53% a menos que três anos antes. Além disso, 373 mil deixaram o país, um volume 87% superior à taxa de 2007, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas. Em 2011, essa tendência se aprofundou. Desde janeiro, mais 295 mil pessoas deixaram a Espanha. Entre os latino-americanos,

houve um volume maior de saída que de chegadas já em 2010. Segundo os dados oficiais, 128 mil latino-americanos desembarcaram como imigrantes na Espanha em 2010, 60% menos que em 2007. Mas 129,5 mil abandonaram o país.

Na Bélgica, a situação também revela a deterioração da vida dos brasileiros que tentaram a sorte no país. A OIM financiou o retorno de 915 brasileiros da Bélgica em 2010 que haviam ficado sem recursos. Segundo dados fornecidos por Gerlandine D'Hoop, do escritório da OIM em Bruxelas, dez anos antes apenas 14 brasileiros haviam feito o pedido de ajuda. Foi mesmo a partir de 2008 que os números explodiram. Naquele ano, já foram 687 brasileiros que entraram no programa.

Em apenas cinco meses de 2011, o número já chega a 320.

O que se percebeu também foi a redução do desembarque de novos imigrantes brasileiros na Europa. Entre 2008 e 2010, o número de brasileiros detidos nos aeroportos caiu em mais de 40%. Entre os imigrantes ilegais vivendo na Europa, o número e brasileiros foi reduzido para menos da metade. Segundo dados da UE, os brasileiros ainda foram a sexta população com maior número de imigrantes ilegais vivendo na Europa em 2010. Há apenas dois anos, os brasileiros eram a terceira maior população de ilegais.

Fonte: http://www.correiadoestado.com.br/noticias/crise-forca-a-volta-de-brasileiros_120373/ - 07.08.11

Voltar para casa é uma nova migração, diz psicóloga

Mudar de um país para o outro pode envolver choques culturais e um longo processo de adaptação. E fazer o trajeto de volta, ao contrário do que muitos podem imaginar, nem sempre é fácil – talvez justamente por não se contar com tantas dificuldades.

Júlia Dias Carneiro

"Quando as pessoas retornam, passam por um novo ajuste, uma nova migração", diz a psicóloga social Sylvia Dantas, coordenadora do Núcleo de Estudos de Orientação Intercultural da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

"O problema é que não estão a par disso", acrescenta. "Acham que estão voltando para o ambiente familiar conhecido, mas elas mudaram, e o ambiente que deixaram também mudou."

"Quando se volta de um período fora, os outros não sabem e não entendem o que você viveu, e isso gera uma dissonância", diz a psicóloga, que está escrevendo um livro sobre as dificuldades vividas por migrantes nos processos de ir, estar e voltar.

"Todo mundo passa por isso, e vai depender de uma série de fatores para que seja mais ou menos estressante", avalia a psicóloga. "Mas sempre é estressante."

Readaptação

Perceber que o retorno é uma nova mudança, aponta Sylvia, é uma das chaves para que a volta seja menos estressante.

O conselho pode valer para os muitos brasileiros que estão voltando para o país por causa da crise econômica. A tendência pode ser observada nos segmentos da economia mais afetados.

O advogado Eugênio Carlos Deliberato Júnior, por exemplo, conta que viu seu círculo de conhecidos

em Nova York, a maioria de advogados e do mercado financeiro, se reduzir drasticamente depois da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers.

"A partir do início de 2009, vi muita gente voltando. Em pouco tempo, umas 15 pessoas vieram, mesmo gente que já estava lá havia dez anos trabalhando em banco", conta Deliberato, que tem 33 anos e fez o mesmo caminho em abril, depois de passar cinco anos e meio nos Estados Unidos.

"Se havia um momento para fazer a transição, era agora, com a economia brasileira aquecida", diz. De volta a São Paulo, o advogado se deu três meses para a readaptação e, depois, foi contratado pelo escritório Demarest & Almeida, que o transferiu para o Rio de Janeiro.

Conseguir se reinserir de maneira satisfatória no mercado de trabalho é um grande passo no processo de readaptação, diz Sylvia Dantas. "Quando se enfrenta uma situação financeira difícil ou uma situação complicada na família, o sentimento de inserção é mais difícil", avalia a psicóloga.

Oportunidades

Assim como Deliberato, as boas oportunidades econômicas levaram a administradora Rosely Fontes Grisotto a ficar mais tempo do que o planejado em Nova York, mas a crise econômica precipitou sua volta.

Em 2003, ela foi para Nova York acompanhando o marido, biólogo, em seu pós-doutorado. Para dar conta dos altos custos de vida, transformou um quarto de seu apartamento em uma pequena clínica de estética e chegou a ganhar US\$ 12 mil por mês fazendo depilação, unhas e drenagem linfática.

"Durante cinco anos, foi muito bom financeiramente morar em Nova York", diz Rosely, de 39 anos. "Inicialmente, íamos ficar dois anos, mas como o meu negócio estava indo muito bem decidimos ficar mais."

"Com a crise financeira, perdi metade de minhas clientes, porque a maioria era brasileira, trabalhava no mercado financeiro ou tinha maridos no setor", conta a brasileira. "Acabou ficando inviável continuar em Nova York."

Depois de anos vivendo em torno do trabalho em Nova York, Rosely quis se mudar com os dois filhos, de 2 e 5 anos, para um ambiente mais calmo e caloroso. A família se instalou em São Luís do Maranhão, onde ela agora trabalha na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado.

Choque cultural

De acordo com Sylvia, a falta do calor humano é queixa comum entre as pessoas que deixam o país. No entanto, ao retornar, os brasileiros podem

passar por um novo choque cultural, que surpreende sobretudo pessoas que chegam de países desenvolvidos. Ainda que inconscientemente, elas se identificam com determinados jeitos de ser que passaram a assimilar.

"No Brasil, comparativamente, temos uma grande desorganização, serviços públicos e privados morosos, uma burocracia muito grande e uma pobreza gritante", aponta. "As facilidades que se tem lá fora tornam a vida aqui muito difícil."

Muitos entram em depressão porque, se durante um longo tempo idealizaram a volta e acalentaram as saudades de casa, ao chegar sentem "que não pertencem a lugar nenhum".

Sylvia diz que o processo de adaptação não é imediato e que cada um tem seu ritmo. Mas continuar sentindo-se um pouco estrangeiro depois é bom.

"Se você pensar que ter um olhar de estrangeiro é poder questionar o que se coloca como natural, isso é maravilhoso", afirma a psicóloga. "Esse olhar estrangeiro é uma possibilidade de ampliação."

Fonte:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/11/101119_volta_migrantes_ic_rc.shtml - 19.11.10

Sob efeitos de crise, brasileiros em Portugal fazem caminho de volta

País passa por dificuldades financeiras e conseguiu socorro do FMI.

Pedidos de ajuda para voltar crescem, mas Itamaraty diz que não há 'êxodo'.

Vitor Sorano

Quando chegou, há 10 anos, Alessandra Lopes Oliveira, de 25 anos, encontrou Portugal num momento em que o país passava a adotar o euro e numa década de crescimento, mesmo que tímido. A moeda única facilitou o acesso ao crédito externo e atraiu dinheiro ao mercado interno. No próximo dia 26 -- "se deus quiser", como diz --, ela deixa um país em recessão, sob intervenção do FMI e com desemprego recorde.

"Estou indo pelo mesmo motivo que vim: dinheiro. Ouvi dizer que há muito serviço lá [no Brasil], que vou chegar trabalhando", diz o marido dela, o serralheiro Alan Kaster Lopes, de 23 anos, em Portugal desde 2007.

Os dois são os últimos das respectivas famílias ainda morando no país europeu -- e juntam-se a um contingente de brasileiros em retorno. "Meu pai e meu irmão foram embora em 2010. A minha mãe também foi, em junho, e montou um mercado em

Campo Grande. Vamos os dois trabalhar lá", diz Alessandra.

Esse fluxo não é controlado com precisão, seja pelo governo brasileiro ou pelo português, em grande parte por conta de irregularidades na imigração. Um dos indicadores possíveis para medi-lo, contudo, é o volume de pedidos de ajuda ao Programa de Retorno Voluntário da Organização Internacional para as Migrações, órgão da ONU que paga o bilhete de volta para imigrantes em situação precária.

De 2007 para 2010, o número de pedidos de brasileiros em Portugal disparou: foi de 320 para 1.791, crescendo mais rapidamente do que a média de todas as nacionalidades. Em 2011, os brasileiros representam 88% do total de inscritos, ante 69% em 2007.

Fila

Na fila de espera está o fotógrafo João (nome fictício), que tem as malas prontas para voltar para o Brasil -- ou ir para a rua. "O dono do apartamento deu até o dia 15 de agosto". Com mulher e dois filhos, de 6 e 11 anos, chegou a Portugal em 2010, decidido a ficar. Antes de sair de Belo Horizonte, vendeu a moto e o que mais tinha para comprar as passagens e fazer caixa.

Já em Lisboa, desempregado, vivendo de bicos, João vendeu o que sobrou: a máquina fotográfica e os cordões de ouro. "Virou comida. Gastei mais para vir do que fiz aqui", avalia.

"Existe um fluxo de retorno para o Brasil e a tendência é aumentar. Todo brasileiro conhece alguém que quer voltar", diz Carolina Nunan, que pesquisa o tema na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e na Universidade Técnica de Lisboa.

Diretor de uma transportadora, Ari Gonçalves reforça a tese. Ele diz ter feito cerca de 400 mudanças para o Brasil a partir de Portugal neste ano. "Já foram 18 contêineres e já temos mais dois por enviar. Tem muita gente indo embora. Os clientes dizem que não vale mais a pena ficar aqui", conta.

O fluxo tem sido percebido pelo Itamaraty. Tanto os pedidos de ajuda por parte de brasileiros em situação muito precária como de atestados de residência -- usados para conseguir isenção de impostos sobre os bens que vão na mudança -- têm aumentado nos consulados, segundo a chefe da Divisão de Assistência Consular, Ministra Luísa Lopes. O Consulado em Lisboa não informou o número de pedidos de atestado.

Mas o movimento de retorno, embora exista, ainda não é considerado uma saída em massa, diz Luísa. "A nossa comunidade não está diminuindo consideravelmente em Portugal. Vamos abrir um terceiro consulado em Portugal. Não tem havido êxodo", diz.

Crise na oportunidade

Portugal abriga uma das maiores colônias brasileiras no exterior. Segundo relatório do Itamaraty, em 2008, era a 5ª maior do mundo. Os brasileiros constituem a principal comunidade estrangeira no país, de acordo com o governo português, com 119.363 imigrantes legais, ou 27% do total.

Em 2003, o desemprego português era de 6,3%, quase a metade do brasileiro à época, de 12,4%. Naquele ano, 1 euro valia aproximadamente R\$ 3,30. Condições que tornavam Portugal uma oportunidade interessante para fazer a vida no

exterior. De lá para cá, porém, ela tornou-se menos atraente.

Com a crise econômica na zona euro, a taxa de desemprego em Portugal é que passou a ser o dobro da do Brasil, estando hoje em 12,4%, contra os 6,2% brasileiros. De junho de 2007 a junho de 2011, o número de brasileiros inscritos nos centros de emprego em Portugal continental mais que dobrou: foi de 4.281 para 9.506.

"Não podemos ser alheios à situação econômica. Desde 2006 até agora a situação vem se agravando. A maior parte (dos candidatos) está ou desempregado ou com trabalho precário. Grande parte das pessoas que vêm aqui dizem que no Brasil está melhor e que aqui não compensa", diz Luís Carrasquinho, responsável pelo Programa de Retorno Voluntário da OIM.

Além disso, 1 euro passou a valer cerca de R\$ 2,24, e o volume de dinheiro enviado para casa vem caindo. Segundo o Banco de Portugal -- o BC local --, em 2008 as remessas de imigrantes para o Brasil somaram 332 milhões de euros (R\$ 743 milhões). Em 2010, o valor caiu para 306 milhões de euros (R\$ 685 milhões).

'É uma rodoviária'

Para Luísa Lopes, do Itamaraty, ao mesmo tempo em que há brasileiros retornando de Portugal, a imigração para o país continua a ser expressiva. "Os brasileiros sabem que há nichos em que conseguem se introduzir com o auxílio das redes sociais. Eles já têm uma ideia bem clara da vaga que vão ocupar", afirma. Dados oficiais do governo português apontam que o número de imigrantes brasileiros legais em Portugal cresceu 2,7% de 2009 para 2010.

Dona de um restaurante brasileiro -- na cozinha e na clientela --, a maranhense Kátia Nunes, de 34 anos, não vê queda no movimento. "Tem gente indo embora. Mas todo dia chega. A gente sente falta de um mas logo vem outro. Parece uma rodoviária isso aqui."

O mineiro Maurílio Andrade Santos, de 29 anos, está pronto para embarcar. Ele viu frustrado o sonho de ir a Portugal, em 2009, para mandar dinheiro para o Brasil, onde pretendia abrir um negócio. "Cheguei na crise, vou sair na crise. Só vou levar o que vivi." Sem conseguir um contrato de trabalho desde abril, apesar de estar legalizado, Santos gastou metade da poupança que tinha feito em Minas. Hoje, consegue viver com os bicos de pintor e montador, mas desistiu. "Para ganhar o que ganho aqui, ganho no Brasil", diz ele.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/sob-efeitos-de- crise-brasileiros-em-portugal-fazem-caminho-de-volta.html> - 07.08.11

ENGLISH

Ecuador Tries to Lure Emigrants Home

Sam Dolnick

From a spare, second-floor office in Queens, an outpost of the Ecuadorean government offers English classes, computer training and after-school programs to immigrants building new lives in New York City. But these days, the office's busiest program works in the opposite direction — helping Ecuadoreans go home.

The program, Welcome Home, offers an array of incentives to lure immigrants back to Ecuador: money to start new businesses, one-way airplane tickets and a waiver on import taxes and fees on any belongings they take home.

In a battered American economy with high unemployment rates, a rising number of people are accepting the offer, Ecuadorean officials say.

The motives of the migrants vary. Some have been unable to find work; some miss their families, or want to retire at home. Some have been here for decades, while others have just arrived.

Victor Lopez, 49, is preparing to leave after 21 years. The decision was so hard, he said, that he was "still shaking" as he visited the government office to fill out paperwork.

Mr. Lopez is leaving for many reasons — his hours as a restaurant manager were cut, he is tired of waiting for a green card, he has missed enough of his children's lives — but the economy, he says, was the final straw. "Whatever I'm making, I'm using to pay the bills," he said. "I can work to survive over there, and there I can be surrounded by all my family."

Ecuador is not the only nation to offer aid to returning countrymen. Many nations, including Ethiopia, Jamaica and Morocco, waive sizable import taxes on goods brought back. Some, like El Salvador and Mexico, offer bus fare and educational assistance to returning people deported from other countries.

But immigration experts say Ecuador stands out for its aggressive promotion of its campaign — in New York, it advertises in bus-stop shelters and on Spanish-language television — and for its special ministry dedicated to migrant affairs.

By no means has the program ignited an exodus. The Ecuadorean population in New York State has risen steadily over the past decade, to an estimated 175,000. But the ranks of those leaving have

grown, too. Last year, the Queens office assisted 347 people with tax waivers as they left the country, more than twice as many as in 2008.

Pablo Calle runs the local arm of the program from the Casa Ecuatoriana in the Corona section of Queens. He said the office had been overwhelmed with requests for help moving back.

One recent morning, more than a dozen people — everyone who came through the front door except a deliveryman — wanted to register for the program or learn more about it.

"Everybody comes here," Mr. Calle said as the lobby chairs began to fill up.

Many in this steady stream of people, young and old, said they were finished with the scramble of immigrant life.

Luis Paramo, 32, a truck driver, said his work had dried up over the past two years. After seven years in this country, he said, he and his wife, Isabel, are planning to return to his family's home in central Ecuador. They said many friends in New York had already gone back.

"Here, you have to pay rent, buy food," Mr. Paramo said. "There, I'm with family, so it's easier. I feel happy that I'm going home, but I'm scared to begin again."

Welcome Home was started in 2007 by Ecuador's president, Rafael Correa, a left-leaning economist. He had lived in Belgium and studied in the United States, and he made reaching out to expatriates a crucial plank of his election campaigns.

Mr. Calle, of the Welcome Home office in Queens, described the program as a much-needed service for weary immigrants, but also as a way to develop Ecuador, a poor Andean nation that is enjoying its most stable economic and political climate in years.

"People left because of a lack of opportunity," Mr. Calle said. "To go back, we want to give them an opportunity to develop the country and their communities."

One of the Ecuadorean government's lures is the Cucayo Fund, which has provided entrepreneurs with seed money — up to \$50,000 — to start more than 1,900 businesses, officials said.

Mr. Lopez, the departing restaurant manager, plans to apply for a Cucayo grant and open a hotel in the

city of Cuenca. But even if he does not get the money, he said, it is time to leave New York.

Since the recession began, his health benefits have been cut, his pay has dropped and his workload has increased. If he loses his job, he said, he doubts he will find another. And if the recession deepens, he fears losing what he has worked so long to achieve. Back home, he can meet his four

grandchildren, and see his three sons for the first time in a decade.

"I cannot save money now," he said. "The bills are the same, but the income is not the same."

Fonte:

<http://www.nytimes.com/2010/12/03/nyregion/03ecuador.html?ref=immigrationandemigration> – 02.12.10

Brazil's economic boom drawing immigrant workers home

Brazilians are returning to better opportunities. Unemployment is at a historic low, and incomes are rising rapidly. In many sectors, Brazilians earn more than their U.S. counterparts.

Two years ago, Victor Bahia was scraping by on tips from delivering pizzas to UC Berkeley students, living in rough neighborhoods and dodging immigration authorities. These days, he runs his two businesses between frequent trips to the beach here in his hometown and barbecues with his family at a new house in a quiet suburb.

But he didn't return because he had realized the dream of many immigrants: earning enough money in the United States to start a new life at home. He gave up on California because he became convinced that booming Brazil offered much more opportunity than the crisis-ridden U.S.

And, like many others who have increasingly made the return journey, he found that reality far exceeded his expectations.

"I never planned on leaving, really. I love it there," said Bahia, 25. "But my mom and everyone here kept telling me that this economy was exploding like never before, and all the work had dried up in the Bay Area. It's the same reason that the majority of the Brazilians I knew there were also leaving."

Since the economic crisis struck in the U.S. three years ago, the Brazilian economy has continued to surge, and the currency, the real, has appreciated dramatically against the dollar. The unemployment rate here is at a historic low, and incomes, especially of the lower and middle classes, are rising rapidly. In many sectors, Brazilian workers earn more than their U.S. counterparts.

"It's hard to get specific numbers," said Eduardo Gradilone Neto, undersecretary-general for Brazilian Communities Abroad at the Foreign Ministry. "But we're seeing that a significant part of what we call the Brazilian diaspora is coming home, because there are comparatively so much more opportunities here than there were five or 10 years ago."

He said Brazilians began emigrating in large numbers in the 1990s, when opportunities in

Europe and the United States looked attractive compared with the economic problems in their homeland. At one point, he said, 3 million Brazilians were living abroad, many of them the young people who are the country's future. "That was the trend until 2008, when we saw the crisis in the developed countries."

About a third of the Brazilians living in Japan, for which there are official numbers because of a special visa agreement, have returned since 2008, Gradilone said.

"We wouldn't be surprised to see that a similar ratio of the community living in the U.S. had returned," he said. "And in the communities that we historically expected to see emigration, now instead of going to the U.S. or Europe, they tend to go to other Brazilian cities."

Over the last decade, Brazil has increased its trade ties with China, which has overtaken the U.S. as the country's main trading partner. High prices for commodities such as iron ore and soy have powered Brazil's economic boom, as have stable macroeconomic conditions and soaring consumer demand.

Strict banking regulations meant that Brazil was relatively unscathed by the 2008 crisis. In the years since the global meltdown, the growth has been most remarkable in the country's traditionally poorer regions, such as the northeastern state of Bahia, whose largest city, Salvador, was the capital of Brazil in early colonial times.

A 2010 report from the U.S. Department of Homeland Security estimates that about 200,000 undocumented Brazilians live in the United States, and many more are residents with visas or permanent citizenship. The Brazilian government puts the number of Brazilians in the U.S. at about 1 million.

Those who had been earning dollars saw their savings dwindle in terms of the Brazilian currency

when the real appreciated rapidly, as high interest rates and growth led to a flow of investment into the country.

"I had nightmares about the drop in the value of the dollar. I dreamt that it dropped to \$1 for one real and woke up screaming," said Flavia, who just returned to Salvador da Bahia with her husband, Toni. He has U.S. citizenship, but she wasn't able to acquire a green card because, she said, immigration authorities didn't believe their marriage was legitimate.

Toni got his start working illegally in California as a driver after moving from Goiás, in the rural interior of Brazil, then got his papers after his first marriage, to a U.S. citizen. He and Flavia have asked that their full names not be used, because a year after applying for Flavia's green card, their case is still technically open.

"So we came back," she said. "But then I saw that my cousins who stayed here, went to school and got jobs have often earned even more than those of us who went abroad and struggled.

"I left my country when I was 18," she said, "and I went 10 years without seeing my family, and I think, was it worth it?"

She worked as a nanny in San Francisco, and says she will go back to school in Brazil, because Toni quickly found work as a contractor.

It's not just low-income workers who have been drawn home by the economy. Companies and business schools say they are luring back Brazilians who might have previously planned on working in the U.S. For one thing, the money is better. The Economist magazine found this year that executives earn more money in Sao Paulo,

Brazil's economic capital, than in any other city in the world. New York came in second.

"We are seeing all kinds of Brazilians return," said Rodrigo Zeidan, professor of international economics at the Fundacao Dom Cabral, one of Brazil's top business schools. "And doing so makes perfect economic sense. Brazil has found its own internal growth engine, and incomes are rising, especially in the middle and lower-middle classes.

"I myself have recently come home from abroad, and we in Brazil are living through something that unfortunately a lot of the rich countries like the U.S. don't have at the moment. Young people tend to take it for granted that with a little hard work they can do something bigger and better than what their parents are doing."

Some cited an increasingly difficult atmosphere in the U.S. for immigrants as a factor in their decision to return home.

"I was arrested by immigration authorities in Maine in 2009 and spent a day without food, in the freezing cold," said Marcos "Beto" Lopes da Silva, 37. , who said that after his legal ordeal he spent a few months crashing with Bahia in California and struggling to find enough work before leaving the U.S. with very little to show for his year there.

He now works in a computer supply store here and makes \$1,250 to \$2,500 a month selling and refilling printer cartridges, much more than he made as a construction worker in the United States.

"I plan to return to the U.S., of course, but only just to pass through," he said. "You know, to go shopping."

Fonte: <http://www.latimes.com/news/nationworld/world/la-fg-brazil-return-20110902,0,2800943.story> – 02.09.11

Help for Latin American immigrants returning home

Pepi Sappal

It has been three years since Spain introduced its Voluntary Return Plan for non-EU immigrants, which grants legal residents who lose their jobs the right to receive their entire unemployment benefit in two lump sums —40% upon departure, and the remaining 60% after arriving in their country of origin, as well as a ticket home.

And government statistics show over 17,000 documented migrants have signed up. The plan is proving popular with Latin American immigrants, according to many charitable associations who are increasingly being approached by Latin American immigrants for advice on returning home.

The Colombian America-Spain Solidarity and Cooperation Association, for example, claims it has seen a huge increase in Colombians enquiring about going home. The Rumiñahui Association, representing Ecuadorian immigrants, also confirms that many immigrants are showing up on a daily basis for information about leaving the country over the last few months, due to no work, no unemployment benefits and no income.

And the Bolivia-Spain Cooperation Society (ACOBES), which provides services such as job listings, counseling and training to Bolivian immigrants, as well as immigrants from other

nationalities, claims that over the past couple of years, a large part of ACOBE's efforts have gone to helping Latin Americans return home.

"Recently, the number of immigrants choosing home over Spain has more than doubled, with a monthly waiting list longer than 100 people. ACOBE has received almost 800 requests since 2009, and has been able to help hundreds return," confirms an ACOBE spokesperson. "ACOBE is now also helping Bolivians to set up businesses in their own country, through Bolivian Government funding. Last year, we helped 76 people returning immigrants set up businesses in Bolivia, and three people from the organisation, based in La Paz, serve as a bridge for returnees, offering support after they arrive."

Of course, those that sign up to the Spanish Government's programme are not allowed to return to Spain for at least three years. And that's the reason why many are choosing to stay put, says Carlos Giménez, Director of the Institute for Migration, Ethnicity and Social Development at

Madrid's Autonomous University. "You're asking people to give up something they've worked hard to earn," he says. And of course, many are not keen to give up this privilege. To get around this, some are choosing alternative ways to go home, like using their own country's programmes to return home if available. Paraguay's Secretariat of Development for the Repatriated and Conational Refugees (SDRREC), for example, has helped hundreds of Paraguayans repatriate since 2009. But despite the increase in Latin American immigrants wanting to go back, and the increasing amount of support from the Spanish government as well as from some of their home country governments, the majority of Latin Immigrants, like so many other non-EU citizens, are staying put if they can, because job/business prospects in their own countries are generally worse than in Spain.

Fonte: http://www.money-marketuk.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1765:help-for-latin-american-immigrants-returning-home&catid=68:news&Itemid=316 – 30.08.11

Moving out, on and back

Migration after the global economic crisis is different, but still continuing

Lisa Rakoczy arrived in north London in the mid-2000s from Krakow to study English, hoping to support herself by working as a cleaner. All went well—until the crash and ensuing economic crisis hit her previously prosperous clients. Competition for jobs became fiercer as middle-class families started to spend less on household help. For a while, she eked out enough to pay for her language course by cleaning lavatories in railway stations. Later, her sister, a teacher in Poland, helped her to make ends meet. But by the end of last year, Ms Rakoczy had tired of the trials of an immigrant's life and headed home.

A typical case, you might think. Indeed, in the wake of the crash, many immigrants have gone back. Just as predictably, many would-be emigrants have stayed at home, either because moving abroad no longer seems worth the effort or because immigration rules in many countries have become more restrictive.

Yet at the airport, Ms Rakoczy may have crossed a young Briton bound for Shanghai, a Chinese computer programmer moving to Canada or a Portuguese worker on his way to oil-rich Norway. The recession has not stopped all migration, but rather led to new patterns and different destinations. Never before—or at least not in recent

history—has the map of global migration been at the same time so varied and so changeable.

Liberalisation of travel after the end of the cold war, the West's economic boom of the 2000s and rapid growth of emerging markets—all of these contributed to a new surge of migration until the onset of the economic crisis. But as unemployment has risen, governments have grown more sensitive to arguments that immigration can be a drain on public services and damage the job prospects of the native population.

Take Britain, where the government has introduced a "migration cap" for workers coming from outside the European Union. David Cameron, the prime minister, has said that the aim is to cut unskilled immigration. A "points system" is meant to identify immigrants who will be most useful to the economy. In addition, the student visa regime is to be tightened. (Only the churlish would point out that both he and Nick Clegg, his coalition partner, were themselves beneficiaries of time spent abroad before studying.)

Britain may be going further than other countries, but it is by no means alone. Young east European democracies such as Poland are piloting schemes to restrict the numbers of incomers. The Danish government has recently reintroduced limited border controls in defiance of the European Union's

Schengen agreement, which permits passport-free travel between 23 of the 27 EU countries. The government claims this measure was needed to combat crime and smuggling, though many suspect that it is really about pandering to the anti-immigration Danish People's Party, on which it relies for support.

Spain, Denmark and Japan are among those countries giving a new meaning to the phrase "pay as you go": they compensate workers who agree to return to their country of origin. The effect of such measures seems limited. Up to April 2010, only 11,400 immigrants in Spain had taken up the offer. This summer, the government in Madrid reintroduced controls on Romanian immigrants. And France has sought to deport Romanian gypsies.

Other governments, more squeamish about targeting distinct ethnic minorities or social groups, have tried to revive the "buffer theory"—that migrants return home when the economy contracts, freeing jobs for the native population and providing what some call a "conjunctural shock absorber". To boost this effect, Australia has cut the number of skilled worker visas that it offers. Malaysia more or less stopped issuing work permits in 2009.

Yet the "buffer theory" seems to be based on weak empirical foundations. A recent study by Policy Network, a think-tank, concluded that trends in unemployment and income have only a modest impact on net immigration. Using data from the past three recessions in Britain, they reckon that immigration falls when unemployment rises—but only for a limited period, after which it picks up again, often before there is any clear improvement in the economy. Similarly, the number of returning immigrants goes up only temporarily, when those who always intended to return do so.

Still, the general picture now is of less migration. The OECD, an international think-tank, says that migration into its member countries dropped by 7% in 2009. Recent national data suggest that migration will have fallen further in 2010. Dig deeper, however, and the position gets more complicated. Ireland was particularly attractive during its banking and building boom. But in 2009 its net migration was negative. Ireland now has its highest outward migration since 1989.

Australia is also a magnet for young Chinese, the largest group of immigrants in 2010. Sweden, too, is proving increasingly popular. Meanwhile, Greece, plagued by an unattractive combination of fiscal problems, austerity and unemployment, has seen a new wave of emigration, notably to America and Canada. As for Spain, modestly prosperous

Britons and Germans no longer see the Costa del Sunshine as their ideal retirement resort.

"Circular" migration, in which people come and go between destinations, is on the rise, as is "on-migration", where a migrant moves first from China to Canada, say, and then on to America. OECD researchers reckon that at least 19% of migrants who arrived in America at the turn of the millennium had left for other destinations five years later. On-migration is also common among migrants from Africa and Asia. Europeans, for their part, tend to live abroad for only a limited time.

"The notion that migration is a one-way movement of permanent settlement is outdated. Most of it is temporary—and it's time the debate about immigration recognised this reality," argues Philippe Legrain, an analyst of immigration and the author of "Aftershock", a recent book analysing economic changes in the wake of the financial crash.

Some countries are starting to recognise this. While sounding tough, politicians are tweaking earlier decisions intended to restrict immigration. Germany, which has long insisted that it is not an "immigrant country", has nonetheless quietly increased the number of skilled migrants it allows in. Sweden has liberalised its work-permit system.

An even more intriguing development is that America and China have begun to reverse roles. America has always been the greatest immigration magnet of all. But stricter security measures to thwart terrorist attacks and the severity of its recession have changed this. Both legal and illegal immigration have tumbled, with the greatest decrease among Mexican illegal immigrants (only partly due to stricter border controls, as potential immigrants can now also find better jobs at home).

Go East

At the more educated end of the market, foreign-born college graduates are increasingly likely to leave America after gaining skills and qualifications. Some of this may be cyclical: they may return when the economy picks up. Yet in the current climate, travellers have a good chance of meeting an Asian-born graduate from an American college who is moving somewhere else to work.

Even as America's allure is fading, China is becoming a destination of choice for many young workers. According to Chinese statistics, last year Shanghai had 143,000 foreigners with residents' visas. That does not count the many thousands of Westerners believed to be there on tourism visas, or the illegals from elsewhere in Asia. South Koreans (121,000) top the list of expatriates

resident in China, followed by Americans (71,000) and Japanese (66,000). Teaching English is the commonest job for Westerners, but there are also many, usually young, entrepreneurs opening shops, bars and restaurants.

The boom in China and the country's activities in Africa have also encouraged more Africans to consider seeking their fortune in the Middle Kingdom. Some 100,000 are settled in Guangzhou. But African immigrants are not the only ones who wind up in this bustling city in southern China. One recent academic study identified five different residential zones of immigrant populations. African traders and Koreans, for instance, live in crowded districts. French and Indian workers congregate in high-rise buildings. Successful immigrants from the Middle East and west Africa cluster in a large white-collar estate with private gardens.

Returning migrants: Strangers at home

Since the passage of Arizona's tough new immigration law, SB 1070, many Mexicans living in the United States have started returning to their native country, in spite of a federal injunction blocking some aspects of the bill.

Some migrants leave voluntarily, while others are deported and forced to start over in Mexico. But for many of these people, who have built a life in the United States, their country of origin no longer feels like home.

Dulce Medina, a doctoral student in ASU's School of Social and Family Dynamics, immigrated to the United States with her parents at age three. She traveled back to Mexico to study return migration for her master's degree in sociology, which she earned this summer at ASU. Although her research was conducted months before SB 1070 went into effect, her findings could have increased relevance now as more people leave due to the law.

In the early stages of her research, Medina came across anecdotal reports that many people who had returned to Mexico were families with school-aged children who were born in the United States.

"I couldn't help but wonder, what happens to children who are uprooted from the country their parents usually strived to get to?" Medina says. She spoke with children in Mexico who had that very experience.

Medina interviewed 21 people from 11 different households in a municipality within El Estado de Mexico (the State of Mexico), located in South-Central Mexico. She focused on mixed-nativity

The world may be witnessing the beginnings of a big trek East. Students have started to move to South Korea and Japan. "Many international students remain in their host country," says Madeleine Sumption, a researcher at the Migration Policy Institute in Washington, DC. She expects this trend to fuel growth in migration between Asian countries.

Far from disappearing in the wake of the crash, Ms Sumption says, migration is still "a sensible long-term investment for many people." Although hard times may change migrants' destinations, they do not sap the will to move in search of a better life. This is good news: migrants did not contribute to the economic crisis, and they may yet help to overcome it.

Fonte: <http://www.economist.com/node/21526777> - 27.08.11

households – families with members born in different countries. Specifically, the families Medina spoke with were comprised of parents born and raised in Mexico, and children who were born and raised in the United States. Medina identified a specific set of challenges that these mixed-nativity households face when returning to Mexico.

In Phoenix, there are "ethnic enclaves" for Mexican immigrant families. They live in close proximity and assist each other in the settlement process. This is called a co-ethnic community, and they can be found in cities all over the country. Certain parts of South Phoenix in particular serve as ethnic enclaves for Mexican immigrants.

In Mexico, the return migration of mixed-nativity households is a fairly new phenomenon. Many of these families have not yet established a co-ethnic community, like the one they had in the United States, to help them integrate into Mexican society. For mixed-nativity households, the appropriate co-ethnic community would be other mixed-nativity households. Unfortunately, these family units have not yet established a connection with one another.

"In the near future they may need to build ties with other mixed nativity families, but at this point, they're on their own," Medina says.

Returning migrants must also assimilate into the greater community, which often includes their extended families and old friends of the parents. The mixed-nativity households Medina spoke with had varied experiences in joining the community, some positive and some negative.

"I found that the incorporation process at the society level is not binary. The adults have histories with their relatives and community members, and they weren't always well received," Medina says. "The children, on the other hand, were well received by their extended family, partly because they've had a desire for family and relatives. That's something they didn't have in the United States."

Despite being embraced by family members, children were typically not welcomed into their new schools. Medina learned that it was common for them to be teased, taunted and excluded by the other kids because they had come from the United States.

"There was a little girl who had a habit of taking off her shoes, and her classmate threw them over the roof," Medina says. "The girl explicitly said that nobody wanted to be friends with her because she was from the United States."

The children's negative experiences extended beyond the playground. School officials also seemed to exclude children who had come from the States. One student, who had dual citizenship in the United States and Mexico, was denied grant money for school supplies, despite being eligible and in need.

"When the mother asked why, they said it was because the child was not from Mexico," Medina says.

But the biggest problem for return-migrant families was getting kids enrolled in school in the first place. In Mexico, each resident is issued a Clave Única de Registro de Población (CURP), a unique code that registers them with the National Population Registry. The CURP is similar to a Social Security card, and all children must have one to enroll in school and to receive their report cards. To obtain a CURP for a U.S.-born child, parents must provide the child's birth certificate and an apostillado, a

translated certificate with a special seal verifying that the child was born in the U.S. Many families were unaware they needed an apostillado, and left the U.S. without one.

"This is where it gets complicated because it's an inconsistent practice," Medina says. Of the 11 families she interviewed, each one was given different instructions for obtaining the ID card. Many also had issues with the enrollment process. While most were asked for the child's birth certificate and CURP, others were asked for additional documentation such as proof of dual citizenship, an apostillado, and grades in order to complete school enrollment.

"The process was long, tedious and convoluted, where parents had to visit multiple offices in the state sometimes just to obtain this card," Medina says. Schools will allow provisional enrollment without the card, but this practice was also inconsistent. Schools gave some families a matter of weeks to provide a CURP, while others were told they had years to obtain it. Medina attributes the discrepancies to a lack of communication among different levels of government.

Since the return migration of mixed-nativity households is a relatively new phenomenon, Medina says it will require more time and research to determine how to best help these families in settling and integrating into the community. However, standardizing the school enrollment process is one way the government can make a difference.

"There should be a documented school enrollment process," Medina says. "If the local, state and federal governments come to terms with what this practice will actually be, families will not have to face the inconsistencies and may have an easier time settling in Mexico."

Fonte: http://asunews.asu.edu/20110902_migration - 02.09.11

ESPAÑOL

Los inmigrantes retornados tendrán prioridad para regresar a España

El Gobierno se compromete a que no pierdan derechos por volver a su país

Pablo Ximénez de Sandoval

Los inmigrantes en España que decidan acogerse a la ayuda del Estado para regresar de manera voluntaria a sus países de origen serán "prioritarios" para España a la hora de considerar una posible vuelta. El plan de retorno voluntario a países fuera de la UE establece que la persona no

puede regresar a España hasta tres años después de irse.

Todavía no hay nadie en esa situación, puesto que el programa se inició a finales de 2009, pero la directora general de Integración de los Inmigrantes, Estrella Rodríguez Pardo, adelantó ayer este dato a preguntas de un inmigrante durante un coloquio

sobre políticas de retorno en la Casa de América de Madrid.

"Hay que hacer que los que se han ido en proyectos de retorno sean prioritarios al cabo de tres años", dijo Rodríguez. La responsable de Integración aclaró posteriormente que será una de las novedades del Reglamento de la Ley de Extranjería que prepara el Gobierno. Aún no está articulado de qué manera se ejercerá esa prioridad. El borrador del Reglamento estará listo la próxima semana para comenzar a recibir sugerencias de asociaciones de inmigrantes, aseguró Rodríguez.

La directora general aportó este dato mientras respondía sin tapujos a un inmigrante que, durante el coloquio celebrado ayer, le propuso que en el nuevo reglamento se elimine la limitación de los tres años para el regreso como incentivo para que más inmigrantes se acogieran a este plan. Ese límite, argumentaba, hacía que muchos tuvieran miedo a cerrarse las puertas de España para siempre. "Nos podríamos encontrar con viajes de dos o tres meses. Hay que evitar la picaresca para no estar pagando viajes de ida y vuelta", contestó Rodríguez. "Perdonad que sea así de cruda".

Desde que se aprobó la nueva Ley de Extranjería, en diciembre de 2009, existe un programa de retorno voluntario de inmigrantes al que ya se han acogido 23.435 personas, según las cifras aportadas ayer por Rodríguez. Existen tres alternativas. La primera consiste en que el inmigrante puede capitalizar la prestación por desempleo que le corresponde por haber cotizado en España y llevársela a su país. Es la opción principal, a la que se han acogido ya 17.168 personas. A todos ellos se les paga el billete de avión y los desplazamientos.

La segunda es el llamado "retorno social", en el que se ayuda a personas sin recursos, a los que se les paga el billete de avión, traslados y 400 euros para instalarse. Por último, existe una opción llamada "retorno productivo", en la que se ayuda al inmigrante a montar un negocio en su país con 1.500 euros, que pueden ser hasta 5.000 si es una cooperativa. Sólo 99 personas se han acogido a

esta fórmula en este año y medio de funcionamiento.

"Es el momento de hacer un análisis crítico", dijo la directora general de Integración. Para ello aprovechó el coloquio en la Casa de América junto con el catedrático de la Universidad Autónoma de Madrid y experto en migraciones Carlos Jiménez y representantes de la asociación de ayuda a bolivianos Acobe, que presentó un estudio sobre las causas del retorno y su impacto en las familias.

Rodríguez tuvo así oportunidad de escuchar al profesor Jiménez reprocharle cara a cara que "el apoyo económico [del plan] es insuficiente". "Pido que el cálculo económico se relacione con la aportación de los inmigrantes a la economía", dijo Jiménez.

Una inmigrante boliviana expuso el caso de su país, con el que no hay aún convenio de Seguridad Social. Estrella Rodríguez afirmó que "es una pena" que no exista ese convenio. Y aportó un dato que revela la importancia de este instrumento jurídico. Los que más se han acogido al plan para llevarse a su país la prestación por desempleo (una media de 9.000 euros) son ecuatorianos, colombianos y argentinos. Sin embargo, los que más han acudido a la versión del programa de retorno para los más humildes, el llamado "retorno social", diseñado para situaciones de pobreza, son bolivianos. La gran mayoría llegó después de 2007 y el hundimiento del empleo les ha pillado con pocos meses en España.

A propósito de estas situaciones, Rodríguez aseguró que los inmigrantes que retornen a sus países no van a perder sus derechos. Así es con la cotización por su trabajo, pero también en otros aspectos, como por ejemplo los trámites para obtener la residencia. Si llevaban dos años en España y les quedaban tres para obtener la residencia, por ejemplo, y vuelven a su país, el día que regresen "no empezarán de cero", sino que esos dos años cuentan con resididos en España.

Fonte:
http://www.elpais.com/articulo/espana/inmigrantes/retornados/tendran/prioridad/regresar/Espana/elpepuesp/20110202elpepunac_27/Tes - 03.02.11

La crisis y la falta de documentos hizo volver a unos 15.000 bolivianos de España

Causas. Los efectos de la crisis y la falta de documentos son los factores atribuidos

Alrededor de 15 mil bolivianos retornaron al país de España, unos por efecto de la crisis económica que golpea a Europa desde hace dos años y otros por la condición de ilegalidad en que se encontraban, según datos de la Asociación de Migrantes Bolivia-España (Amibe).

En términos generales, la información sobre este fenómeno es dispersa y en Bolivia no hay cifras oficiales al respecto, sin embargo, el cálculo de Amibe coincide con información proporcionada, en abril, por la Embajada de España en La Paz.

“Estimamos que un 10 a 15% de bolivianos residentes en España (de 10.000 a 15.000 ciudadanos) ha retornado al país por la crisis económica que afecta al colectivo migrante, pero también por su condición de ilegalidad”, sostiene el director nacional de Amibe, Hugo Bustillos.

El hecho es atribuido a la caída del empleo en los rubros de la construcción y servicios, que absorbían a la mayor cantidad de mano de obra requerida en el país ibérico.

La directora general de Asuntos Consulares de la Cancillería, Cecilia Eróstegui Revilla, corrobora la información y afirma que de acuerdo con los reportes consulares que recibe se produjo una reducción de solicitudes de empadronamiento de bolivianos en los ayuntamientos (alcaldías) españoles. “Sí están volviendo. En España todos los bolivianos deben empadronarse en los ayuntamientos, se ha reportado que bajó el número de registros, eso quiere decir que hay familias que han vuelto. Muchos lo hacen por decisión propia y, por supuesto, la crisis afecta, ya no hay tanto trabajo”, manifiesta.

En una entrevista publicada por este medio en abril, el embajador de España en Bolivia, Ramón Santos, explicaba que el año pasado la cifra de inscritos en el padrón llegaba a 242.000, pero para 2011 había bajado a 210.000. Aclaró, además, que el registro no excluye a los migrantes en situación irregular, o sea sin papeles.

“Son cerca de 30.000 los bolivianos que no renovaron su registro. Algunos puede que hayan retornado, puede que otros no hubieran renovado su tarjeta por descuido”, dijo y aclaró que los migrantes salen del sistema al no reempadronarse cada año.

El coordinador de la Pastoral de Movilidad Humana, padre Aldo Pasqualotto, coincide en la dificultad de conocer el número exacto de bolivianos que retornaron al país, razón por la que propone la creación de una oficina gubernamental que realice un monitoreo permanente sobre cuál es el flujo migratorio.

Identifica a la falta de empleos y la pobreza, pero también las deudas contraídas con la banca, como los factores que más influyen para que las personas migren a otros países en busca de oportunidades. “La pobreza generalizada existe no sólo en Bolivia y la tendencia en estos últimos años

es que la pobreza se acentúa con la crisis financiera mundial”, advierte.

A los efectos de la crisis económica, Bustillos añade como factor de migración y, en este caso de retorno, la condición de ilegalidad en la que se halla un grupo de connacionales en España. “La mayoría que retornan a Bolivia no tiene papeles”, afirma el representante de Amibe.

No obstante, el embajador Santos hacía notar en la entrevista que si para el 2007, 90% de los bolivianos en ese país se encontraba en situación irregular, hoy en día más del 68% regularizó su situación.

Bustillos confirma el dato en sentido de que “más de la mitad de los migrantes ya tiene sus documentos en orden”.

La Directora General de Asuntos Consulares de la Cancillería minimiza las causas por las que cientos de bolivianos migran a otros países y atribuye el fenómeno no tanto a la falta de empleos o la extrema pobreza en el país, sino a la libertad de moverse de los bolivianos. “No tenemos que ponerle más adjetivos, la gente que quiere irse se va”, dice.

Datos sobre migración boliviana

Cifras

El dato oficial sobre la población de bolivianos en el exterior es de 2.127.139, aunque un estudio, El Perfil Migratorio de Bolivia, que concluirá el 2012, fija la cifra en 800.000.

Legalidad

En España, donde hay unos 210.000 bolivianos, se puede tramitar la Tarjeta de Residencia con Permiso de Trabajo, Tarjeta de Residencia sin Permiso de Trabajo (se otorga a la pareja o hijos) y la Tarjeta de Tránsito con motivos de estudios para migrantes o hijos.

El envío de remesas desde España bajó en 20%

La crisis económica en Europa y el retorno de los bolivianos de España comienza a repercutir en la economía nacional. Se calcula que sólo en el último semestre los envíos de euros con destino a Bolivia registraron una baja del 20%, según indica el director nacional de la Asociación de Migrantes Bolivia-España (Amibe), Hugo Bustillos.

“No tenemos un dato del Banco Central de Bolivia, pero se habla de una baja del 20% aproximadamente en las remesas que vienen de España como tal y eso afectará en alguna medida la economía nacional”, afirma.

Señala que esa baja se debería a los efectos de la crisis en Europa y, concretamente, en España. “Hay mucha gente que si bien se ha quedado (en España) no está trabajando, o están ahorrando sus ingresos y no están enviando dinero a sus familias”, dice Bustillos.

En una entrevista con *La Razón*, el vicepresidente Álvaro García Linera coincidió con la percepción del Director Nacional de Amibe, al advertir que la crisis económica en Europa generaría “efectos rápidos en las exportaciones, remesas que vienen del exterior del país y en ingresos del Estado, como el gas”.

No obstante, según la página web del Banco Central de Bolivia, las remesas en general en los primeros cinco meses de este año (2011) fueron de 421 millones de dólares, cifra superior a la registrada en similar período (cinco meses) del año 2010, cuando se registraron 367 millones de dólares.

Dejó a su hijo menor de 5 años y lo encontró de 10
Julia Trabajó cuidando adultos

Julia (nombre ficticio) tomó la decisión de dejar el país el 2006, cuando tenía 29 años de edad. Con su partida dejaba también a sus dos hijos varones, el primero de 11 y el segundo de 5 años. A su regreso, encontró a su primer hijo convertido en un adolescente, en tanto que el segundo ya había cumplido 10 años y dejaba la niñez.

Al igual que muchas mujeres que optan por migrar, Julia se vio forzada a dejar a sus niños al cuidado de su esposo.

Cumplido su deseo de ahorrar dinero, el año pasado tomó la decisión de regresar a Bolivia y con lo ganado pagó las deudas que contrajo para hacer reparaciones en el inmueble donde vive su familia.

“No tenía dinero para hacer refaccionar mi vivienda y asumí una deuda con el banco, además en el país no hay fuentes de trabajo, por eso tuve que salir del país. Estuve cuatro años en España y de pronto me vi de 34 años y con un profundo dolor por tanto extrañar a mis hijitos; por eso volví”, relata Julia a *La Razón*.

Como tantos bolivianos, se marchó de La Paz con una oferta laboral; a ella le llegó una invitación de su cuñado (hermano de su esposo), documento que se convirtió “en su pasaporte” para llegar a la ciudad de Bilbao en España.

Una vez allí, trabajó en un centro de atención de personas adultas mayores donde ganaba 760 euros al mes. Cuenta que, de inicio, le ofrecieron 830 euros, pero deducían un monto para el seguro

de accidentes o de enfermedad y resultó ganando los 760 euros.

Con el dinero ganado, conseguía enviar una remesa mensual de 800 dólares a Bolivia para mantener a su familia

“No tenía papeles de radicatoria, por eso volví al país porque allá (España) a los ilegales nos deportan, además extrañaba a mis hijos y la vida que dejé”.

Regresó al país antes de lo previsto por su familia

Carmen Trabajó cuidando adultos

“Me sentía muy triste y sola, lloraba todo el tiempo al ver las fotos de mis dos hijos, recordando mi país, extrañando a mis padres, mis hermanos, la comida y los amigos. A pesar de eso, en España hay gente solidaria que te hace sentir como en casa, te acoge bien, te ayuda en todo”, recuerda Carmen (nombre ficticio).

Titulada como licenciada en Enfermería de la Universidad Mayor de San Andrés (UMSA) de La Paz, Carmen se vio obligada a salir del país por falta de empleo y oportunidades.

Recuerda que llegó a la portuaria ciudad de Alicante, en el mediterráneo. Sola, lejos de la familia, sin amigos y sin ningún apoyo, tuvo que recurrir a la ayuda humanitaria que allí brinda Cáritas, organización de la Iglesia Católica que apoya a los migrantes.

“Allí hay Cáritas, ellos te acomodan en un trabajo y vigilan para que seamos respetados y nos traten bien. El volver a comenzar es duro porque estas sola en un país extraño, no conoces a nadie”, relata.

Como muchos migrantes, Carmen salió del país con la idea de quedarse al menos cinco años para ahorrar lo más que pudiera y volver al país para emprender un negocio propio que le reditue algún ingreso.

De nada le sirvió haber obtenido una licenciatura en Enfermería porque allí tuvo que resignarse con lavar platos, copas y trastos en una pensión en una playa turística de Alicante. “No cumplí mi objetivo” (quedarse cinco años), dice resignada y añade que más pudo el amor a sus hijos y la familia que le impulsaron a volver. Carmen confiesa que “apenas aguantó dos años” y logró ahorrar unos euros que los invirtió en la compra de un vehículo que ahora renta como taxi para solventar los gastos de sus seres queridos.

El Gobierno aplica plan que agiliza los trámites

El Gobierno, a través de la Embajada de Bolivia en Madrid y los ocho consulados que posee en España, implementa, desde el 2007, una serie de

políticas y medidas de protección a los migrantes bolivianos para que se respeten sus derechos, según la directora general de Asuntos Consulares, Cecilia Eróstegui.

La autoridad explica que a través de convenios interinstitucionales con la Policía, Registro Civil y el Servicio de Identificación se logró poner en vigencia el Registro Civil de Migrantes, además de propiciar el envío de documentos de antecedentes penales y poner en vigencia la primera fase de la carnetización de los niños.

“La idea es que en esta primera etapa se logre dar una cédula de identidad a los niños porque sin eso

no pueden tener pasaporte, sobre todo en España”, afirma la funcionaria de la Cancillería.

De acuerdo con Eróstegui, el actual Gobierno heredó un servicio consular “desmantelado y poco fortalecido” en todos sus niveles. “La presencia de tantos bolivianos en el extranjero nos obliga a hacer consulados diferentes. El esfuerzo que ha hecho el Estado es único, nunca se nos han presentado estas demandas de los migrantes y sus problemáticas”.

Según Amibe, la migración boliviana en España es de reciente data, cerca de seis años.

Fonte: <http://www.la-razon.com/version.php?ArticleId=135668&EditionId=2622> – 15.08.11

La silenciosa operación retorno

Los inmigrantes se van por el paro y las peores condiciones sociales y laborales - El Observatorio de las Migraciones alerta de posibles "secuelas preocupantes"

Cada día se va un inmigrante de Andalucía, comunidad que se ha convertido en la segunda, tras Madrid, en marchas de ciudadanos de otros países, según el Ministerio de Trabajo. Este dato refleja solo las personas que se acogen al programa de retorno voluntario. El padrón andaluz registró bajas de hasta 5.000 personas, especialmente sudamericanas, durante el pasado año. El único beneficio es que disminuye la presión sobre el mercado de trabajo. Pero Andalucía pierde recursos económicos y fiscales. Y también "diversidad" social y cultural, como afirma una de las afectadas. Al mismo tiempo, empeoran las condiciones laborales de quienes trabajan. El Observatorio Permanente Andaluz de las Migraciones (OPAM) advierte de que "las secuelas de algunos procesos a medio plazo" para "la calidad de la convivencia" son "potencialmente preocupantes".

Este año se han disparado las peticiones de retorno de inmigrantes. La razón parece obvia, la falta de trabajo, aunque el último estudio del OPAM, advierte de que las perspectivas económicas no siempre son una explicación "infalible" para los movimientos.

Los trabajadores no cualificados fueron los primeros damnificados, pero la larga crisis afecta ya aquellos que "tenían un estatus ocupacional medio bajo". El saldo de altas y bajas de extranjeros se ha mantenido por la llegada de población de la UE.

La consecuencia positiva es la disminución de demandantes de trabajo en este colectivo, que "crece ahora a un ritmo claramente inferior al observado durante 2008". Pero los "los inmigrantes

siguen estando sobrerrepresentados entre los parados". El último boletín del Observatorio lo explica en una de sus conclusiones: "Tanto antes de la crisis como en el momento actual, un inmigrante de la misma edad y formación que un español tiene una probabilidad claramente mayor de estar parado".

Aquellos que tienen empleo, tampoco viven en una situación privilegiada. "El empleo inmigrante en Andalucía resiste relativamente bien en términos de volumen, pero a costa de acentuarse la ya antes acusada precariedad de sus condiciones.

Además, la crisis ha acentuado las diferencias entre los distintos colectivos de inmigrantes. "Los africanos se sitúan claramente como el grupo más desfavorecido".

El estudio refleja también que los extranjeros que llevan menos de dos años residiendo en España sufren tasas de paro comparativamente bajas frente a quienes están arraigados desde hace tiempo. El OPAM lo atribuye a "procesos de recomposición y reposición de mano de obra", es decir, a sustitución de trabajadores por otros con menos exigencias. Es sobre este proceso sobre el que advierte de "secuelas a medio plazo para la calidad de la convivencia potencialmente preocupantes".

La desfavorable situación económica empieza a tener también consecuencias en la percepción de los andaluces sobre la inmigración. "Ante el acoso del paro, una proporción creciente de la población está reconsiderando el grado de deseabilidad de unos trabajos que, hace pocos años, la amplia mayoría consideraba predestinados a los inmigrantes de países menos desarrollados". Los

autores del estudio del Observatorio desconocen si es "real" la disponibilidad de la población autóctona para desempeñar "empleos duros y con escasa remuneración", pero sí advierten de las consecuencias en la valoración de la inmigración. "De seguir aumentando, la desconfianza podría acabar afectando tanto a la calidad de la convivencia como a la relación con las instituciones competentes; urge por tanto fortalecer los cauces de interlocución institucional con aquellos

ciudadanos que no comprenden o no comparten determinados rasgos del hecho migratorio", concluye el estudio.

El Observatorio cierra su informe con una propuesta: "abrir una reflexión colectiva acerca del modelo de crecimiento futuro y sus implicaciones para la gestión del hecho migratorio".

Fonte:

http://www.elpais.com/articulo/andalucia/silenciosa/operacion/retorno/elpais/20100912elpand_2/Tes - 12.09.10

Devueltos por la crisis

El 25% de los que vuelve tiene un nivel educativo alto, y 8 de cada 10 están en edad de trabajar. Ahora, el regreso no siempre es el soñado. ¿El país está preparado para recibir ese aluvión?

Daniela Bluth

Cada día, 17 personas esperan en una sala a ser atendidos por un funcionario de la oficina de Retorno y Bienvenida del Ministerio de Relaciones Exteriores. Buscan asesoramiento legal, laboral, social y hasta afectivo. Pero el personal está desbordado. Por hora recibe entre dos y tres llamadas telefónicas o mails con consultas. La mayoría viene del hemisferio Norte, pero también hay de la región. Según sus registros, en lo que va de 2011 la cantidad de uruguayos que vuelve al país cada mes se triplicó respecto a 2009, alcanzando un promedio de 350 "retornados". De ellos, 90% llega de España y Estados Unidos y pertenece a lo que los especialistas denominan "emigración reciente", o sea, los que salieron entre 2000 y 2006. Además, 30% pertenece al sector más rico de la población y 25% tiene un nivel educativo alto, según un Perfil Migratorio para Uruguay elaborado por la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) al que accedió Domingo. Pero el fenómeno no acaba allí, pues involucra una arista que pocos tienen en cuenta: ¿está el Uruguay preparado para recibir ese aluvión migratorio?

"No sólo desde el Estado, sino desde toda la sociedad no estamos preparados para entender la complejidad del fenómeno", asegura Ana María Sosa, directora de la Oficina de Retorno y Bienvenida de Cancillería, que oficia como una suerte de puerta de entrada de los uruguayos. Si por su despacho desfilan entre 300 y 350 personas por mes, se estima que los "retornos efectivos" son bastantes más, pues hay muchos que no pasan por allí "porque son del interior o simplemente no requieren nada de la oficina", que funciona desde diciembre de 2008 como parte de la Dirección General para Asuntos Consulares y Vinculación, popularmente conocido como Departamento 20

(D20). Calculan que entre 2007 y 2009 hubo alrededor de 4 mil regresos.

Este nuevo escenario no es exclusivo de Uruguay. La migración es uno de los "temas mundiales determinantes" en estos primeros años del siglo XXI, estima la OIM, con oficina en Uruguay desde 1956. Cada vez más gente se traslada de un lugar a otro. Actualmente, hay cerca de 192 millones viviendo fuera de su país de origen, lo que representa alrededor del 3% de la población mundial. Eso significa que una de cada 35 personas en el mundo es migrante.

Pero no todos ellos están en la misma situación, ni de salida ni de llegada. Según el Perfil Migratorio, de próxima publicación, "el stock de inmigrantes de retorno" llegados entre 2000 y 2008 se distribuye de forma similar entre los procedentes de Argentina (25%), Estados Unidos (22%) y España (21%). Antes de 2000, en cambio, más de la mitad venían desde Argentina (55%), seguido muy de lejos por Brasil (10%) y otros destinos regionales (13%).

El informe, cuyos datos fueron procesados por el equipo técnico de Adela Pellegrino, indica que el retorno tiende a ser selectivo por sexo y edad: ocho de cada 10 retornados está en edad activa y la mayoría son hombres. Asimismo, señala que la cuarta parte posee nivel terciario -al menos 13 años de estudio-, lo que indica un nivel educativo alto. En tanto, los que llegan de Argentina tienen menos formación que el resto.

Si se los clasifica según el ingreso de sus hogares, el estudio muestra que 30% de los retornados integra el quintil más rico, mientras que sólo 12% se ubica en el más pobre. Además, aparecen "diferencias significativas" según el país de procedencia, señala la encargada de la oficina de OIM en Uruguay, Alba Goycochea. Los

retornados con mayores ingresos provienen de España, en segundo lugar de Estados Unidos y bastante más lejos se ubica Argentina.

Deportados

Carlos Ortiz volvió a Uruguay hace un año después de vivir una década en New Jersey, Estados Unidos. Su plan era regresar en 2011, pero no tuvo opción: en agosto fue deportado mientras iba rumbo a la empresa de mudanzas en la que trabajaba junto a un compañero, indocumentado igual que él. "A las dos cuerdas nos pararon, nos esposaron y nos llevaron a una cárcel. Estuve 34 días hasta que me deportaron y aparecí acá", sintetiza, todavía con tono de incredulidad. "Ellos (por los policías de migraciones) sabían a quién iban a buscar, no era yo, era él (por su amigo). Caí de rebote, pero no pude zafar", agrega. Paradójicamente, ese día jugaba Uruguay contra Ghana por el Mundial de Sudáfrica y Carlos llevaba la bandera en la mochila.

Junto a los casos de los repatriados, los deportados -fundamentalmente de Estados Unidos- conforman el grupo que el D20 de Cancillería define como el de "mayor vulnerabilidad". Llegan a esa situación extrema por no tener documentos que les permitan residir y trabajar en el país de destino. "Más allá de la pérdida material, el impacto emocional es muy fuerte", dice Gerardo Pérez, director del área de Vinculación.

A Carlos el sueño americano se le terminó en cuestión de segundos. "Hasta aquí llegamos. Se terminó todo", fue lo primero que pensó cuando lo detuvieron. Ahora extraña a su hijo, que acaba de terminar el high school pero por ser indocumentado no puede comenzar la Universidad.

"Es raro, y más raro es explicarlo y que te entiendan", dice este uruguayo de 50 años que ahora volvió a la casa de su madre junto a sus hermanas. Gracias al ofrecimiento de un amigo "de toda la vida" consiguió trabajo en un Red Pagos, pero renunció hace un mes. La oficina de Retorno y Bienvenida lo contactó con algunas bolsas de empleo; se anotó pero nunca lo llamaron. Su próxima escala es Argentina, donde ya hizo averiguaciones para abrir un local de ropa. "Acá todo es más limitado, hay mucho trámite que no te lleva a nada", explica. Aunque su tono demuestra desencanto, Carlos es consciente de que las dificultades que está pasando no son un patrimonio exclusivo. "Mucha gente que la deportan se piensa que venimos acá y que tienen obligación de darnos algo, pero no es así, los que vienen y los que están

tienen los mismos derechos, por venir de Estados Unidos no quiere decir nada...".

Calificados

El 100% de las personas que va a la oficina del D20 lo hace en busca de trabajo. En segundo lugar solicitan salud y vivienda (ver recuadro). Sin embargo, tanto Sosa como Pérez coinciden en que ellos son facilitadores pero no tiene la solución final. "Nuestra tarea consiste en sistematizar y recoger información acerca de las personas que retornan y derivar a las reparticiones del Estado que atienden cada tema, pero es imposible resolver toda la problemática de cada caso", explican. Tampoco se "destinan recursos económicos directos", sobre todo para no generar diferencias. "No se trata de concesiones especiales para quienes retornan en detrimento de quienes están residiendo, sino que quienes llegan puedan tener las mismas posibilidades de acceso que cualquiera que vive en el país", señala Sosa.

En el imaginario popular, dicen los expertos, el que se fue solucionó su vida afuera y por lo tanto no es "un tema a tener en cuenta". Sin embargo, la mayoría de los que vuelve no alcanzó un proyecto migratorio exitoso. "La situación en la que llegan es muy frustrante. Se fueron por no poder hacer su vida en el país donde nacieron, no lograron el proyecto que en un momento idealizaron, y si no tienen una reinserción positiva el escenario es complejo".

La situación de María (quien prefiere no revelar su apellido) es complicada, pero ella se la toma con humor. Se fue a Barcelona en 1997 a probar suerte y volvió a Montevideo en julio de 2010 después de una visita en la que vio que el país estaba "mejor que antes".

Ahora que vive aquí, no ve todo tan bien ni tan barato. Hace tres meses que no consigue trabajo en lo suyo, la informática, por lo que empezó a buscar en Buenos Aires. "Tu siempre quieres volver a tu país. Cuando estás lejos lo idealizas todo, no te das cuenta que no es Alicia en el país de las maravillas", explica con un marcado acento español. Pero no se arrepiente, tiene 42 años y doble nacionalidad -uruguayo y española-, por lo que no descarta, como última opción, tomarse un avión y volver a cruzar el Atlántico.

María vino con algo de dinero que, rápidamente, invirtió en propiedades, por lo que todavía económicamente no ha perdido nada. Sin embargo, pagó 3 mil euros por traer sus pertenencias en un contenedor de 20 pies, cifra que asciende a más de 8 mil si se contrata un servicio "puerta a puerta".

Ya sea por una cuestión de edad (los que se regresan tienen 40 años o más), por imposibilidad de demostrar su experiencia o por sobre calificación, la inserción laboral no suele ser tarea fácil. "Hay que cambiar la mirada, no verlos como una amenaza sino como una potencialidad. Son uruguayos que están sumando, que de alguna manera le están devolviendo algo al país", explica Sosa.

Los que formaron familia en el exterior, la tienen aún más difícil. Retornar con una pareja e hijos extranjeros "es un combo de una complejidad particular", no sólo por el aspecto cultural sino por lo engorroso -y costoso- de la obtención de documentos. La legalización de una partida, por ejemplo, cuesta 42 dólares.

"Muchos años nos estuvimos quejando de la fuga de cerebros, de la ida de los jóvenes, y hoy estamos viendo ese resultado negativo. Entendemos que esto tiene que ser una política de Estado, no paternalista, pero sí facilitadora que permita la reinserción", concluye Sosa.

Crisis y familia

Según un informe de la OIM para 2010, "la crisis económica mundial ha reducido la emigración en muchas partes del mundo, aunque no parece haber estimulado una migración de retorno sustancial", explica Goycochea. Sin embargo, la sensación térmica en Uruguay es otra, y muchos especialistas coinciden en que la gran mayoría de los retornos se debe al complicado escenario que viven los gigantes del norte.

"Es lógico que regresen porque la cantidad de años que estuvieron en ese otro país no fue lo suficientemente importante como para tener un piso que le permita tolerar los momentos de crisis", dice Sosa. Y agrega: "Muchos se vuelven en situación muy precaria porque resisten hasta último momento esperando que la situación se revierta y eso no sucede. Para estar mal afuera, sin sus redes de contención, es preferible estar mal aquí".

Aunque no es la única razón, Gabriel Fiorella viene escapando de las crisis desde 2003. En aquel entonces fue de la uruguaya; en diciembre de 2010, de la española. Vinculado al rubro de la construcción, estuvo viviendo y trabajando en Castellón (a 70 kilómetros de Barcelona) para regresar a Uruguay por temas afectivos. "Vine en octubre por dos meses a pasear y le prometí a mi novia que si salía algo de trabajo me quedaba", recuerda este técnico constructor de 39 años. Y así fue. A fin de año le confirmaron un puesto en la empresa Nova. Llegó un jueves de enero y al lunes siguiente empezó su nueva vida. "Siempre fui

agradecido de Uruguay", dice, pero reconoce que de los españoles aprendió el ritmo de trabajo y el sentido de la responsabilidad. "Si valés, si servís, te retienen y te premian, sino no. Yo siempre quise volver, me fui con esa mentalidad", concluye.

La ley de Migración N°18.250 que se aprobó en 2008 actualizó una legislación que se remontaba a 1930, cuando definitivamente el Uruguay era otro. "Nunca fuimos un país receptor, pero hoy lo somos, por la crisis de los demás o por la estabilidad propia, pero hay un cambio", resume Eduardo Berasain, asesor del Ministerio de Trabajo. Y en eso coinciden todos, es hora de cambiar la mirada y empezar a ver en los que vuelven una contribución. "Incluso para el problema demográfico que enfrenta Uruguay el retorno es una solución, no la única, pero suma. Si todo el Estado sintoniza con esa idea se van a ir generando espacios de integración", asegura Sosa.

Cerca de 192 millones de personas viven fuera de su país de origen, lo que representa alrededor del 3% de la población mundial.

Opinan los expertos

"No sólo desde el Estado, sino desde toda la sociedad no estamos preparados para entender la complejidad del fenómeno. Hay que ir generando espacios de integración". Ana María Sosa.

"A veces los uruguayos idealizamos la situación de los que se fueron. La verdad es que muchos vienen no con una mano adelante y la otra atrás, sino con las dos manos atrás". Gerardo Pérez

"Según la OIM, la crisis económica mundial ha reducido la emigración en muchas partes del mundo, aunque no parece haber estimulado una migración de retorno sustancial". Alba Goycochea.

¿Por qué vuelven?

La Encuesta Nacional de Hogares Ampliada (ENHA), realizada en 2006, incluyó una pregunta que apuntaba a conocer las razones del retorno declaradas tanto por las personas que regresaron como por los familiares que respondieron la indagatoria.

Las respuestas dejaron en claro que los motivos se concentran principalmente en razones familiares (37%), seguidas de que "extrañaba el Uruguay" (18%), había un "familiar dependiente del migrante" (14%) y "no tenía intenciones de quedarse" (12%).

La camiseta (celeste) "tira absolutamente" coinciden los técnicos de la Oficina de Retorno y

Bienvenida del Ministerio de Relaciones Exteriores. "Prima el deseo de devolverle al país la base cultural y educativa que les permitió insertarse muy bien afuera. La mayoría, en algún momento de su vida, manifiesta que quiere volver al país. Y las crisis como esta a veces son factores que impulsan eso", dice Gerardo Pérez, encargado del área de Vinculación.

Según el nivel educativo, los resultados mostraron que en el grupo de retornantes con estudios terciarios se destacaba el alto peso de las estadías por tiempo limitado ("no tenía intenciones de quedarse"); un escenario diferente a quienes sólo tenían primaria.

Por su parte, la pobreza y el bajo nivel de ingresos se concentran entre quienes regresaron por motivos laborales. "A veces los uruguayos idealizamos la situación de los que se fueron. La verdad es que muchos vienen no con una mano adelante y la otra atrás, sino con las dos manos atrás", dice Pérez gráficamente.

Según un estudio de Adela Pellegrino sobre la emigración uruguaya durante la crisis de 2002, los que salieron del país en ese momento fueron en su mayoría hombres y adultos jóvenes.

Fonte: http://www.elpais.com.uy/suplemento/ds/devueltos-por-la-crisis/sds_587733_110821.html - 21.08.10

“El retorno es una condición que demuestra, entre muchas cosas, el concepto de fracaso”

El subsecretario de Asuntos Consulares, Migración y Refugio, Leonardo Carrión, realiza un análisis sobre la situación económica de nuestros compatriotas.

Diana Auz

¿Cuál es la situación de los migrantes ecuatorianos en relación con la posibilidad de retorno?

Hasta ahora las estadísticas nos dicen que no tuvimos lo que se esperaba que pudo haber ocurrido, que es un retorno masivo de ecuatorianos. A pesar de que hay los proyectos tanto del Gobierno español como del ecuatoriano, el número de compatriotas que ha regresado es muy inferior al que se esperaba.

¿Cuál es el número?

No tengo la cifra porque eso lo maneja la Senami; pero de acuerdo con lo que hemos hablado con la embajada en España y con el Gobierno español al respecto, básicamente podemos concluir que los números no pasan de dos mil a tres mil personas que se han acogido a estos sistemas.

En el caso de Italia...

... Italia no tiene un proyecto de retorno voluntario y la crisis italiana es muy distinta a las demás. Italia no está viviendo una crisis especial, entonces la situación de nuestros compatriotas en Italia es mucho más normal que la de otros países.

¿Por qué no es igual?

Nosotros no tenemos una información de que el tema sea importante. Italia no está sufriendo una crisis como la sufrida en España; Italia está tomando medidas de ajustes preventivas, pero no medidas ante una crisis como en el caso de España principalmente.

Analicemos la crisis en España y su impacto económico en los ecuatorianos...

Según la información que tenemos, hay un número importante de ecuatorianos que está recibiendo el seguro de paro español. Entonces, ellos están buscando empleo. Ahora viene la época de mayor trabajo -por el turismo- y, obviamente, siguen llegando turistas a España. Luego hay que esperar qué es lo que va a pasar una vez que termine este período (turismo), que son los meses de julio, agosto y septiembre, en el que los empleos aumentan, y ahora evidentemente se han incrementado.

¿Qué se prevé que pueda pasar con el problema económico que está viviendo la Eurozona?

Bueno, si esto continúa, consideramos que un grupo grande de ecuatorianos se vería forzado a volver. Y obviamente ahí tenemos que trabajar también el problema de empleo en Ecuador. Es lo normal. En el momento que ellos no tengan solución allá, no les quedaría más que volver.

Pero lo harían después de haber agotado todas las alternativas...

Lo que todo migrante quiere es quedarse. El retorno es una condición que demuestra, entre muchas cosas, el concepto del fracaso. Y hay una cosa que muchos compatriotas nuestros han resuelto y yo he hablado con muchos de ellos que vienen por acá. Les pregunto por qué no vuelven si hay posibilidades de trabajo en Ecuador, pero deciden no volver por el tema de los hijos. Consideran que en países como España, la

educación y las posibilidades de movilidad social son mucho más altas que las de Ecuador, por eso prefieren sacrificarse para que sus hijos tengan un mejor futuro.

¿Y en Grecia?

Nosotros no tenemos casi ecuatorianos en Grecia. Es un grupo muy pequeño, pero la crisis allá es total. Le cuento una anécdota: los cónsules honorarios ecuatorianos renunciaron en ese país, porque ya no pueden sufragar los costos que requiere un consulado honorario. Entonces, en Grecia la situación es muy complicada, pero no tenemos una población importante allá de ecuatorianos.

En el caso de Europa en general, ¿cuántos ecuatorianos hay?

Se calcula que dentro del ámbito real, sin exagerar, hablamos de que puede haber un poco menos de un millón de personas. Si pensamos que en España más o menos las cifras están cerca de los 600.000, sumando al número de ecuatorianos que se nacionalizaron en España que ya no constan en las estadísticas, más el grupo en Italia -que debe llegar a unos 150 a 200 mil- y más otros cientos repartidos entre Francia, Suiza, Bélgica e Inglaterra, no creo que lleguemos al millón, pero podemos acercarnos.

Y en Estados Unidos...

En Estados Unidos existe una situación que tiene un factor de preocupación complicado y todavía no hay una salida clara. No tenemos una cifra porque no la hay. Persiste un flujo migratorio ilegal hacia EE.UU. y la política interna cada vez es más dura contra el migrante irregular.

Este es un tema que es terriblemente angustiante, muchos siguen viajando. No entiendo por qué continúan exponiéndose por México, luego de todo

lo que hemos visto que ha ocurrido allá; y, obviamente, Estados Unidos es un lugar donde cada vez es más difícil conseguir trabajo.

¿Hablamos de una cifra de más o menos dos millones en EE.UU.?

No creo. Lo que ocurre es que se tiende a exagerar. Si usted habla de dos millones en EE.UU. y un millón en Europa, son tres millones de habitantes, nosotros tenemos 14 millones, entonces sería el 20% de la población de Ecuador.

¿Cuántos son entonces?

No tenemos cifras, hay que entender bien eso: no las hay. Las cifras hablan de 300 mil ecuatorianos, pero simplemente son cálculos, proyecciones. Entonces, yo creo que el número no llega al millón.

En el tema económico, ¿cuál es la situación de ellos?

Bueno, si están ilegales, cada vez su condición laboral es más complicada, y obviamente los que están legales están viviendo su vida normal en Estados Unidos, con toda la gigantesca crisis, tanto inmobiliaria como de trabajo. Pero de ese grupo de personas no tenemos información porque no la hay. Es imposible tenerla, ellos ya actúan dentro del marco de Estados Unidos como residentes o ciudadanos.

Justamente se acerca otro problema: la polémica sobre el aumento del techo de la deuda...

Pero eso no tiene un efecto directo en la economía de las personas.

¿No afectaría?

No lo creo. Eso no tendría por qué afectar.

Fonte:

http://www.telegrafo.com.ec/index.php?option=com_zoo&task=item&item_id=11311&Itemid=13 - 31.07.11

América Latina: ¿Es el momento de regresar?

Mientras Europa y Estados Unidos sufren las consecuencias de la crisis económica, Sudamérica sigue creciendo. Ante esto, la pregunta es clave: ¿es el momento de volver a casa?

Marta Garrido

Llevo cuatro meses en Galicia buscando trabajo pero no encuentro nada", cuenta Joaquín Pisciotano a Radio Nederland. "Los únicos trabajos para los que me agarran son para los que ningún español quiere. No me homologan mis estudios terciarios y aquí soy un don nadie, así que voy a regresar a Uruguay". Como Joaquín, cada vez son más los inmigrantes, sobre todo

latinoamericanos, que retornan a sus países de origen en busca de un oficio.

Plan de Retorno Voluntario

Por ello, a finales de 2008, el gobierno español puso en marcha el Plan de Retorno Voluntario, que ayuda a los trabajadores inmigrantes a volver a su país. Hasta la fecha, 8.000 personas se han

acogido a este plan, la mayoría trabajadores latinoamericanos. Daniel Navarro es mexicano y espera conseguir el retorno voluntario para regresar al país azteca pues en España, cuenta, "ya no tengo dinero".

Sin embargo, la solución no es tan fácil. Aunque los índices de paro en España son muy elevados, y más aún en la población extranjera, que roza ya el 32%, "los niveles de desigualdad en América Latina siguen siendo muy grandes. Nosotros sabemos que en Latinoamérica el dinero siempre va para los mismos y cuanto más crece un país, mayores son sus desigualdades porque no hay medidas de redistribución de la riqueza", dice Yolanda Villavicencio, directora de la América España Solidaridad y Cooperación (AESCO).

Por eso muchos inmigrantes se resisten a marcharse, pues siguen con la esperanza de encontrar un trabajo en España ya que, según Villavicencio, "la gente sabe que es mejor aguantar el hambre en euros que no en pesos". Pero los flujos migratorios están cambiando y se están redireccionando hacia economías en recuperación. Así, América Latina se está convirtiendo en el nuevo paraíso laboral para los hispanos.

Sudamérica crece de forma desigual

Brasil, Argentina y Chile se están desarrollando mucho y esto ha generado un interesante fenómeno: la emigración sur-sur. "Muchos de los inmigrantes retornados no tienen suerte en sus países y lo que hacen es emigrar a los países

latinoamericanos que más están creciendo", dice Yolanda Villavicencio. "Por ejemplo, muchos colombianos regresan desde España pero no vuelven a Colombia sino que buscan trabajo en Brasil, Argentina o Chile".

Sin embargo, el futuro en la región resulta difícil de predecir. Hasta el momento, América Latina está resistiendo a la crisis económica de los países ricos porque su crecimiento depende principalmente de la demanda china de sus materias primas. Sin embargo, "Latinoamérica tiene el mismo modelo económico que Estados Unidos y los países de mayor desarrollo en Europa. Además está siguiendo las mismas pautas por lo que dentro de 20 años vamos a estar igual, con una tremenda crisis", dice la directora de AESCO.

En lo que va de año, AESCO ha retornado a 189 latinoamericanos aunque aseguran que fuera de los programas oficiales "la cifra es mucho mayor". Además, la mayor parte de los que regresan son indocumentados pues "se encuentran muy desprotegidos y les cuesta mucho acceder a los recursos sociales básicos", dice Villavicencio a Radio Nderland.

Habrà que esperar para ver si retornar ha sido, o no, una decisión acertada. Lo que está claro es que cada vez son más lo que deciden probar suerte y regresar a casa.

Fonte: <http://www.rnw.nl/espanol/article/am%C3%A9rica-latina-%C2%BFes-el-momento-de-regresar> – 19.08.11

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?